

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM DIREITO

MARIA EDUARDA FIGUEIRA RAMOS

**CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SOCIAIS E A REDUÇÃO
DA CRIMINALIDADE: O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO AMBIENTE
URBANO**

RECIFE
2015

MARIA EDUARDA FIGUEIRA RAMOS

**CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SOCIAIS E A REDUÇÃO
DA CRIMINALIDADE: O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO AMBIENTE
URBANO**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Siqueira

Recife
2015

Ramos, Maria Eduarda Figueira

Construção e fortalecimento de vínculos sociais e a redução da criminalidade: o papel dos espaços públicos no ambiente urbano. / Maria Eduarda Figueira Ramos. – Recife: O Autor, 2015.

81 f.: il.

Orientador(a): Prof. Dr. Leonardo Siqueira

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Direito. 2. Espaços públicos urbanos. 3. Escola de Chicago. 4. Redução da criminalidade. I. Título.

34
340

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

Faculdade Damas
TCC 2015-368

MARIA EDUARDA FIGUEIRA RAMOS

**CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SOCIAIS E A REDUÇÃO
DA CRIMINALIDADE: O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO AMBIENTE
URBANO**

Defesa Pública em Recife, ____ de _____ de 201__.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente:

Orientador Prof. Dr. Leonardo Siqueira

1º Examinador Prof. Me. André Carneiro Leão

Recife
2015

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, agradeço por todo o esforço feito para me proporcionar educação da melhor qualidade, mas especialmente por estimularem em mim a busca pelo estudo e aperfeiçoamento contínuos. À minha mãe e à minha madrinha, por mostrarem que o estudo – e não apenas o trabalho – dignifica não só o homem, mas também a mulher.

Ao Thiago, pelas horas de estudo e pesquisa em que me fez companhia, pelo apoio incondicional nas situações difíceis, pelo carinho e cuidado dispensados durante toda a jornada dos anos de faculdade.

Aos professores da instituição, que fizeram parte do meu processo de amadurecimento enquanto aluna e de minha formação para a vida profissional, inclusive porque ratificaram o que aprendi em casa: sem professores não é possível construir uma sociedade melhor.

Ao meu orientador, por acreditar que sou capaz de vencer todos os desafios a que me propuser enfrentar no âmbito acadêmico, o que foi essencial ao desejo de me aprofundar nas ciências penais.

Aos colegas de estudo, pelas incansáveis e sempre produtivas horas de estudo que precederam provas ou resultaram em trabalhos acadêmicos. Agradeço pelos finais de semana em que abdicaram de estar ao lado de suas famílias para que pudéssemos sedimentar os temas aprendidos em sala de aula. Que agora sejamos colegas de profissão!

“Muitas vezes, com a minha fácil e irreprimível exaltação, fui provocador de acalorados debates, em que todos nos empenhávamos, imprimindo ondulações na superfície de nosso até então invariável ‘manso lago azul’. Não me arrependo de tê-lo feito. Tenho aversão às águas estagnadas, que só servem para emitir eflúvios malignos ou causar emanações mefíticas.”

Nelson Hungria, 14 de abril de 1961

RESUMO

O desafio da prevenção e da redução da criminalidade é comum a todas as sociedades contemporâneas. Estamos inseridos em áreas urbanas que são, em grande medida, resultado da Revolução Industrial; à época, não havia qualquer preocupação com o planejamento e a construção de espaços urbanos com qualidade, vez que o objetivo único era o adensamento máximo para que as fábricas dispusessem de um grande quantitativo de funcionários. A disparidade social e econômica que se agravava resultou em segregação social que se reflete até a presente data nos espaços construídos, promovendo sentimentos de individualização e atuando como força que fragmenta a sociedade. Esse fenômeno social característico do ambiente urbano foi estudado por alguns cientistas sociais e criminólogos. A Escola de Chicago se utilizou da cidade de Chicago como laboratório para suas análises, tratando de conceitos como ecologia humana e atribuindo à degradação da estrutura urbana o poder de influenciar negativamente no comportamento dos habitantes das *urbes*. A teoria da anomia, criada por Durkheim e posteriormente retomada por Merton, também atribui ao meio urbano o estímulo à prática de condutas desviantes, que decorrem da ausência da constituição de vínculos sociais, do enfraquecimento da solidariedade social e da intensificação da densidade material em detrimento à densidade dinâmica. Fundamentado nessas teorias e utilizando-se de pesquisa bibliográfica, esse trabalho se propõe a identificar os elementos que transformam o espaço público urbano em área com qualidade de espaço de convivência, capaz de fortalecer e de criar novos vínculos sociais, promovendo o exercício da cidadania, fomentando o sentimento de apropriação, estimulando a coesão social e a solidariedade na comunidade. Ao final, demonstra-se a importância da construção desses espaços, especialmente em áreas degradadas, através da análise de casos concretos ocorridos em cidades e países latino-americanos, onde a redução da criminalidade foi conquistada através da implementação de programas que envolveram a requalificação de áreas urbanas, a implantação de espaços públicos de qualidade e projetos sociais que envolveram a sociedade, dando à comunidade um papel ativo na prevenção de delitos.

Palavras-chave: Espaços públicos urbanos. Escola de Chicago. Teoria da Anomia. Vínculos sociais. Redução da Criminalidade.

ABSTRACT

The challenge of preventing and reducing crime is common to all contemporary societies. We are inserted in urban areas that are largely a result of the Industrial Revolution; at the time, there was no concern about the planning and construction of quality urban spaces, since the only goal was the maximum density for the factories to dispose of a great number of employees. The worsening social and economic disparity that is reflected to date in built spaces, promoting feelings of individualization and acting as a force that fragments society. Some social scientists and criminologists studied this characteristic social phenomenon of the urban environment. The Chicago School used Chicago city as a laboratory for their analysis and dealt with concepts as human ecology and assigning the urban structure degradation the power of negatively influencing the behavior of urban inhabitants. The Anomie Theory, created by Durkheim and later developed by Merton, also assigns the urban environment the encouragement to practice deviant behavior that arises from the absence of social bonds, from the weakening of social solidarity and from the intensification of material density instead of dynamic density. Based on these theories and using bibliographical research, this study aims to identify the elements that transform the urban public space in an area with living space quality, able to strengthen and create new social ties, promoting citizenship, fostering a sense of ownership, stimulating social cohesion and solidarity in that community. In the closure, it demonstrates the importance of building these spaces, especially in degraded areas, through the analysis of existing cases in Latin American cities and countries where the crime reduction was achieved through the implementation of quality public spaces and social projects, giving the community and active role in crime prevention.

Keywords: Urban public spaces. Chicago School. Theory of Anomie. Social bonds. Reducing crime.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Praça Euclides da Cunha, Recife/PE.....	16
Figura 2: Parque da Jaqueira, Recife/PE.	17
Figura 3: Parque Urbano da Macaxeira, Recife/PE.....	18
Figura 4: Montagem exibindo diferentes vias da cidade do Recife/PE.....	19
Figura 5: Pátio de São Pedro, Recife/PE.	20
Figura 6: Mercado Público de São José, Recife/PE.	21
Figura 7: Calçada na Avenida Boa Viagem, Recife/PE.	22
Figura 8: Parklet na cidade de Oakland, California (EUA).....	23
Figura 9: Planta da cidade de Ur.	25
Figura 10: Planta setorizada da área residencial.....	26
Figura 11: Mohenjo-daro, Vale do Indo, III milênio a.C.	27
Figura 12: Dair-el-medina.	28
Figura 13: A típica cidade grega.....	30
Figura 14: Cidade de Olinto, desenhada por Hipódamo, em 432 a.C.	31
Figura 15: Maquete da Roma antiga - Museo della Civillità (Roma).	32
Figura 16: Esquema digitalizado de terma romana.	33
Figura 17: Antifeatro de Arles e a cidade construída em seu interior.	35
Figura 18: Carcassonne, na França.....	35
Figura 19: Uma Cidade Ideal	37
Figura 20: Nova Iorque em 1875.....	39
Figura 21: Place de La Concorde.	42
Figura 22: Londres à época da Revolução Industrial.	43
Figura 23: Paris.....	47
Figura 24: Escola de Bauhaus.	48
Figura 25: Exemplo de um Corte Esquemático de uma via urbana.	49
Figura 26: Paraisópolis, São Paulo.	51

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS.....	12
2.1. Conceito	12
2.2. Alguns tipos de espaços públicos urbanos	15
2.2.1. Praças.....	15
2.2.2. Parques	16
2.2.3. Centros comunitários	17
2.2.4. Vias.....	18
2.2.5. Pátios.....	20
2.2.6. Mercados Públicos.....	20
2.2.7. Calçadas.....	21
2.2.8. <i>Parklets</i>	22
2.3. Espaços públicos ao longo da história: um palco para a integração do espaço físico urbano com a vida pública.....	24
2.3.1. O homem neolítico e as cidades sumerianas	24
2.3.2. Egito antigo	28
2.3.3. Grécia arcaica	29
2.3.4. Roma antiga	32
2.3.5. Cidades medievais europeias	34
2.3.6. O período renascentista.....	36
2.3.7. O período Barroco na Europa.....	40
2.3.8. As cidades na Revolução Industrial.....	42
2.3.9. As cidades pós-liberais	44
2.3.10. As cidades modernas	47
2.3.11. Os espaços urbanos contemporâneos.....	50
3. ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS: VÍNCULOS SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO	54
3.1. A Escola de Chicago	54
3.2. Teoria da Anomia	59
4. ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS COM QUALIDADE DE CONVIVÊNCIA: SEU PAPEL NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	66
4.1. O que dá aos espaços públicos o caráter de espaço de convivência?	66
4.2. A importância da construção e do fortalecimento dos vínculos sociais na redução da criminalidade	70
4.3. Espaços públicos urbanos construindo e fortalecendo vínculos sociais: resultados positivos na redução da criminalidade na América Latina.	72
5. CONCLUSÃO.....	77
6. REFERÊNCIAS	79

1. INTRODUÇÃO

A cidade comporta a aglomeração de pessoas que se reúne com o objetivo de tornar mais práticas as atividades da vida moderna. O espaço urbano contemporâneo é resultado de uma transformação no modo de produção de bens que se iniciou na Revolução Industrial.

Com a implantação de fábricas, era necessário que os trabalhadores estivessem sempre perto dos imóveis industriais, o que resultou na aglomeração desordenada de pessoas em uma mesma área. Tornou-se essencial verticalizar as residências, para que fosse maximizado o aproveitamento do solo; pessoas de regiões diversas passaram a se reunir em um mesmo espaço; o objetivo de todos era único: enquadrar-se no sistema capitalista, lucrar.

Trazer indivíduos de lugares diversos para um mesmo espaço implica em reunir tradições e valores diferentes em um mesmo ambiente. Torna-se imperativo, para a manutenção da boa convivência, a análise dos elementos capazes de tornar coesa a comunidade urbana.

[...] Mas trata-se de uma sociedade propelida não apenas pelo aumento da incerteza, mas também pelo aumento da demanda. Pois as mesmas forças de mercado que tornaram nossa identidade precária e nosso futuro incerto geraram um aumento constante das nossas expectativas de cidadania, engendrando, o que é muito importante, um sentido disseminado de demandas frustradas e desejos não satisfeitos. (YOUNG, 2002, p. 15)

Algumas teorias criminológicas, como a formulada pela Escola de Chicago e a Teoria da Anomia, contribuem para uma explicação mais detalhada dos prejuízos resultantes da reunião desassistida de indivíduos provenientes de comunidades diversas em um mesmo espaço.

Como reflexo da estratificação social, a *urbe* torna-se um espaço segregado; ao invés de estimular a convivência e a formação de laços comunitários, o desenho das cidades cada vez mais dificulta a interação entre os indivíduos que a habitam.

Ademais, a desigualdade econômica e social, consequência direta da exploração da mão-de-obra do trabalhador urbano, reflete-se na cidade na forma de áreas degradadas e repulsivas. É justamente tomando por base esse contexto que surge a Escola de Chicago, uma escola criminológica que compreende o aumento da criminalidade em certos pontos da cidade como algo resultante do processo de crescimento urbano desordenado, onde não se

desenvolvem adequadamente as formas de controle social formal e informal (TANGERINO, 2007, p. 3 a 5).

Neste ponto, é essencial atentar para o fato de que quase todas as cidades brasileiras foram ocupadas de forma desordenada e que o espaço urbano atuou tanto como reprodutor quanto como reforçador da segregação sociocultural já existente.

O estímulo à elevação de muros e barreiras, os condomínios fechados, a proposital separação física dos grupos sociais e a ostensiva proteção ao universo privado do que é considerado como elite: todos esses elementos afastam a ideia de convivência, do entrelaçamento social.

Diante desta problemática, surgiu o interesse em compreender: qual é a importância do espaço público urbano na construção e no fortalecimento de vínculos sociais e na consequente redução da criminalidade?

Este trabalho caminha, portanto, na esteira de estudiosos contemporâneos da criminologia, que entendem ser necessário o fortalecimento dos laços comunitários para que a ocorrência de delitos seja não apenas controlada, mas prevenida:

A oferta de espaços públicos pelo Estado e a criação de um meio ambiente urbano agradável e harmônico, embora fundamental, é apenas parte de uma estratégia de controle e prevenção da criminalidade. Para que o enfrentamento seja possível, inspirado na lição de Chicago, será mister o fortalecimento dos laços comunitários nessas regiões, de tal sorte que o problema seja percebido como comunitário e que a comunidade se sinta apta e suficientemente forte a enfrentar a questão (TANGERINO, 2007, p. 156 e 157).

Assim, pode-se inferir que a redução dos índices de criminalidade não depende apenas da reconstrução da malha urbana nem de sua modernização, considerando as necessidades atuais, mas sim da construção e do fortalecimento do tecido social que se sobrepõe àquela.

Diante de todo o exposto, é possível supor, e aqui reside a hipótese da presente pesquisa, que existe uma relação entre os espaços públicos e a redução da criminalidade, essa sendo uma consequência do efetivo uso de tais áreas de convivência, já que através delas é possível construir e fortalecer os vínculos comunitários.

Este trabalho tem, portanto, o objetivo de analisar o papel do espaço público na *urbe* como elemento de estímulo à construção e ao fortalecimento dos vínculos comunitários que compõem esse tecido social urbano.

Para tanto, será essencial compreender o que é considerado um espaço público e como ele pode se tornar atrativo, dando-lhe a qualidade de espaço de convivência; analisar como o favorecimento à convivência entre as pessoas que residem no meio urbano pode influenciar na construção de vínculos sociais; e, por fim, identificar a importância da construção e do fortalecimento dos vínculos comunitários, à luz das escolas criminológicas supramencionadas, para a redução da criminalidade no meio urbano.

O primeiro capítulo será dedicado aos espaços públicos, conceituando-os, exemplificando-os e definindo-os; será realizada uma perspectiva histórica da relação dos espaços públicos com o contexto social, econômico e cultural de épocas importantes da história das cidades ocidentais.

No segundo capítulo serão expostas as teorias criminológicas que se referem às áreas urbanas. Foram escolhidas a Escola de Chicago e a Teoria da Anomia para auxiliar o desenvolvimento de um processo comparativo entre a ocorrência de crimes e a qualidade dos espaços públicos.

Por fim, serão analisados os elementos que transformam os espaços públicos em espaços de convivência, capazes de atuar na formação e no fortalecimento de vínculos sociais, o que, por sua vez, poderia prevenir a ocorrência de delitos, reduzindo a criminalidade no ambiente urbano.

2. ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

2.1. Conceito

Primeiramente, cabe diferenciar a área urbana da área rural. A área rural é constituída de grandes espaços para cultivo e pastagem, possuindo baixa densidade demográfica e *skyline*¹ predominantemente horizontalizado. O espaço natural é pouco modificado pelo ser humano, resultando em baixa área construída, e comumente dividida por glebas, ao invés de lotes.

O espaço urbano é caracterizado por ter seu território densamente ocupado, com elaborado sistema de circulação através de vias de diferentes hierarquias, que acolhe edificações habitacionais, industriais, comerciais e que é composto por áreas de livre circulação e de circulação restrita.

[...] espaço físico ocupado pela cidade, [...] um complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural (GOMES, 2005, p. 57).

Inseridos nesse ambiente urbano, temos os espaços públicos, áreas comuns, de convivência. Há uma diferenciação técnica, apontada por alguns estudiosos, entre os termos “espaço público”, utilizado no singular, e o termo “espaços públicos”: o primeiro é considerado um termo de cunho político, pois representa a esfera pública, a participação cidadã nos processos políticos e sociais, refere-se à capacidade do indivíduo de ter um espaço abstrato no meio social em que vive, para que exerça o poder de opinião e participação.

No plural, o termo "espaços públicos" compreende os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças, parques. Nessa acepção, são bens públicos, carregados de significados, palco de disputas e conflitos, mas também de festas e celebrações (CASTRO, 2013).

¹ O *skyline* é um conceito utilizado em urbanismo referente à linha de horizonte artificial, usualmente formada pelas edificações de uma cidade.

Feita essa diferenciação, é importante que sejam conceituados os espaços públicos e que tipos de espaços públicos podemos identificar. Urbanistas definem espaços públicos como:

[...] o palco sobre o qual o drama da vida comunitária se desdobra. As ruas, os quarteirões e parques de uma cidade dão forma ao vazante e ao fluxo das mudanças do homem. Esses espaços dinâmicos são uma contrapartida essencial aos espaços mais estáticos e às rotinas da vida profissional e pessoal, provendo canais para o movimento, as interseções de comunicação e superfície comum para atividades de relaxamento e lazer. Existem necessidades prementes dos indivíduos que os espaços públicos podem ajudar a satisfazer, direitos humanos significantes que eles podem ajudar a moldar, definir e proteger, e significados culturais especiais que podem melhor transmitir (CARR, et. al., 1993, tradução livre).

Segundo um livro que acaba de ser publicado na França sobre o urbanismo e a vida social atual, intitulado de *Cidades e sua ordenação* [...] o espaço público é **planejamento, desenvolvimento e gestão** (BORJA, 2005, tradução livre).

Os espaços públicos podem ser efetivamente públicos – de propriedade dos municípios, dos estados ou da união, no caso brasileiro –, como parques, praças e largos, ou mesmo espaços privados de caráter público, como cafés, lojas, bares, centros comunitários, museus, bibliotecas, mercados, dentre outros.

Esses espaços possuem, por característica basilar, o papel e a capacidade de dar face à vida em sociedade, pois são pontos de encontro, de convivência, de intercâmbio de informações e de transmissão de cultura, são, em perspectiva, espaços de exercício da cidadania, capazes de afastar, ainda que temporariamente, as distinções socioeconômicas existentes entre seus usuários.

[...] o espaço público comum se entende como um espaço qualificante, que oferece possibilidades às pessoas de nele estar, e que também **melhora a autoestima dos cidadãos** porque os faz sentir que são tratadas como os outros, como os da cidade mais formal, mais rica (BORJA, 2005, tradução livre).

Compreendem, também, áreas afetadas, destinadas especificamente para abrigar uma praça, um parque, calçadas, bem como áreas sem um uso previamente determinado, mas que recebe, de forma efêmera, o uso e a visitação públicos. É possível que mesmo espaços com uso específico ganhem, por um período de tempo, outros usos, também públicos, como ocorre nos dias onde as ruas (cuja função primordial é a circulação de pessoas e veículos) são tomadas por feiras livres.

[...] existem espaços efêmeros, **espaços que podem ser utilizados como espaço público, mesmo que depois sejam destinados a outra coisa** [...]. Podem existir espaços públicos gerados por uma atividade que se realoca [...]. Existe também esse espaço público que é a paisagem urbana (BORJA, 2005, tradução livre).

Para que os espaços públicos sejam efetivamente utilizados como áreas de intercâmbio e de convivência, é essencial, entretanto que não tenham a mera função de proporcionar mais ar e mais luz e de romper com a monotonia das edificações, ou mesmo de valorizar um edifício monumental, desobstruindo as fachadas (SITTE, 2003, p. 206).

Mas não podemos obrigar ninguém a utilizar a rua sem motivos. Ela tem de oferecer o atrativo de uma grande quantidade de lojas e lugares públicos ao longo das calçadas; alguns desses lugares devem também ficar abertos à noite. Lojas, bares e restaurantes contribuem, pois, na prática, para dar segurança à rua.

[...]

Uma rua viva sempre possui simultaneamente usuários e observadores. (JACOBS, 2003, p. 294 e 295).

Por essa razão, pela necessidade de que os espaços públicos sejam utilizados e que transmitam o sentimento de segurança, é que seu planejamento deve perpassar pela produção democrática, participativa.

Deve-se ter em mente, contudo, que os espaços públicos são, nas sociedades democráticas, palco preferenciais para o exercício da cidadania, e que não há democracia sem conflito, sem debates; desse modo, bons espaços públicos são aqueles capazes de servir como facilitadores na gestão dos conflitos.

[...] a produção do espaço público [...] tem que ser uma produção participativa.

[...]

[...] que na hora de pensar o espaço público deve-se levar em consideração não apenas a opinião dos planejadores do setor público, também deve-se considerar a **opinião dos atores sociais** [...]. Que a manutenção do espaço público é um custo e devem ser encontradas formas para o custeio do mesmo [...]. Que no espaço público **quanto mais qualidade, mais conflito** [...] Portanto, deve existir uma gestão participativa do conflito [...]. Que deve haver uma participação, posterior, na avaliação dos espaços públicos [...] (BORJA, 2005, tradução livre).

O poder público tem a competência e a atribuição de interferir minimamente, no caso dos espaços privados de uso público, para, através de lei, exigir parâmetros básicos a serem seguidos, objetivando a maximização da função social da propriedade privada.

[...] a **atividade econômica da cidade tem que auxiliar a gerar espaços públicos cidadãos**, e um bom espaço público é a melhor garantia da competitividade econômica da cidade.

[...]

Pode-se fazer parques, pode-se fazer ruas, pode-se fazer espaços públicos vinculados a equipamentos, no entorno de equipamentos, mas em todas as operações de transformações urbanas do espaço público, **há de se desejar que muitas ações sem executadas pelo setor privado, mas pondo-se condições**. Que tenham em conta o **interesse público**, porque, em última análise, **é também o melhor para os agentes econômicos privados**. O benefício imediato pode favorecer a alguns; **o benefício mediato favorece a muitos, incluindo aos investidores, aos atores econômicos** (BORJA, 2005 tradução livre; grifos nossos).

Pelo caráter democrático, presente na maioria dos centros urbanos atuais, não é possível que a responsabilidade pela criação de bons espaços públicos seja atribuída não apenas ao poder público, já que cada cidadão – tanto na condição de pessoa física quanto na de pessoa jurídica – tem a possibilidade de contribuir para áreas urbanas de uso comum de melhor qualidade, como através de parcerias público-privadas.

2.2. Alguns tipos de espaços públicos urbanos

Neste tópico serão definidos e conceituados alguns tipos de espaços públicos existentes, sem qualquer pretensão, contudo, de exaurir este rol. Busca-se desconstruir a popular imagem de que espaços públicos são apenas as praças e os parques, ao passo que também se definem os contornos e características de cada tipo de espaço aqui mencionado.

2.2.1. Praças

Praças são elementos característicos de cidades ocidentais; são áreas delimitadas, usualmente compostas por mobiliários urbanos caminhos, áreas de repouso, solo natural e vegetação natural ou manipulada. São comumente inseridas na malha urbana guardando proporção com o tamanho das quadras existentes em seu entorno.

[...] pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa. [...] lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS, 2004, p. 100-102).

Na paisagem urbana, a praça pode ser considerada como um descanso à verticalização, à impermeabilização e ao adensamento; pode conter ou ser área anexa a equipamentos urbanos (caixas d'água, central de energia elétrica, posto de saúde, posto policial, etc.).



Figura 1: Praça Euclides da Cunha, Recife/PE².

Funciona como espaço de trânsito de pessoas. Não é atrativa ao repouso por não possuir espaços de descanso, por ter poucas árvores e áreas sombreadas, mas atua como descanso visual à verticalização, à impermeabilização e possui um equipamento urbano inscrito em seus limites.

As praças são espaços multifuncionais, pois podem exercer o papel de espaço de descanso, de contemplação, de reunião, de intercâmbio, de área para jogos e lazer, de trânsito e circulação de pessoas. Também podem abrigar manifestações, feiras temporárias, exposições diversas, eventos culturais, etc.

2.2.2. Parques

Os parques são espaços verdes inseridos no tecido urbano, com grande parte da área recoberta por areia ou grama, com abundante quantidade de árvores e arbustos e podem conter, ainda, lagos, lagoas e fontes. Podem ser resultado da manipulação da natureza ou da manutenção de área natural delimitada, sem que necessariamente constituam, contudo, reservas ambientais. Impactam na paisagem urbana no momento em que se caracterizam

² Fonte: <<http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/130807-PRACA-EUCLIDES-CUNHA-1-int.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

como áreas cujo solo verde e natural, permeável se contrapõe ao solo asfaltado e impermeável.



Figura 2: Parque da Jaqueira, Recife/PE³.

Apesar de ser um espaço delimitado por um gradil e não ter forma orgânica, é um dos espaços públicos mais frequentados da cidade. É convidativo em razão do clima agradável resultante da grande quantidade de solo natural e das frondosas árvores, que proporcionam grande área sombreada. Também é atrativo por ser capaz de reunir diversas atividades – lazer, desportivas, áreas para brincadeiras infantil, espaços de contemplação. Possui grande quantidade de mobiliários urbanos e envolve alguns equipamentos urbanos, como sanitários públicos, um espaço-saúde, uma igreja católica. É eficiente em sua qualidade de atuar como instrumento de atração, movimentando seu entorno através da intensa circulação de pedestres, que estimulam a instalação de pequenos comércios ambulantes e, mais recentemente, a instalação de um parklet.

São espaços de contemplação, de lazer, favorecendo o contato com a natureza. A quantidade de mobiliários urbanos é reduzida, se comparada com a existente nas praças, e normalmente não guardam proporção com o tamanho das quadras, recebendo um contorno mais orgânico e natural.

2.2.3. Centros comunitários

Quando há a reunião de diversos serviços à população em um espaço único e delimitado, tornando-os mais acessíveis, temos um centro comunitário. Nesse local, o cidadão pode ter à sua disposição serviços e equipamentos diversos, como quadras poliesportivas, pistas de *cooper*, parques infantis, banheiros públicos, unidades de saúde e de policiamento, etc.

³ Fonte: <<http://www.universorunner.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Recife-Jaqueira-2-opiortumblr.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

Os centros comunitários são definidos como uma

[...] estrutura polivalente, onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido (ABRANTES, et. al., 2000, p. 07).



Figura 3: Parque Urbano da Macaxeira, Recife/PE.

Apesar de ser denominado como parque, o espaço em questão tem características de centro comunitário, por reunir diversas atividades de lazer, cultura e educação em um único e delimitado local: o local contempla a construção de Escola Técnica Estadual, posto *Expresso Cidadão*, biblioteca multimídia, teatro e restaurantes, abrigando, ainda, pista de *cooper*, quadras poliesportivas, playgrounds, pista de skate e ciclovia conforme dados da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco⁴.

Têm, por características, a flexibilidade, a integração e a proximidade, tornando mais prática a solução de problemas cotidianos, concentrando uma rede de serviços ao cidadão ou mesmo reunindo diversas formas de lazer em um único grande espaço, promovendo a convivência entre diversos grupos sociais. Os centros comunitários podem ser, ainda, culturais, abrangendo cinemas, teatros, salas de dança.

2.2.4. Vias

As ruas, avenidas e calçadas são os elementos que permitem o fluxo de pessoas e coisas por entre as cidades, mas também exercem o poder de determinar o desenho das quadras, dando à cidade um traçado que a identifica, seja ele orgânico ou retilíneo.

⁴ Fonte: <<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohape/pt/cultura/imagens-cultura/kleber/1404parque.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

São os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial. Podem ser as ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais, ferrovias.

Certas vias podem tornar-se características importantes, de muitas maneiras diferentes. Sem dúvida, o trajeto habitual vai ser uma das influências mais poderosas, de tal modo que as principais vias de acesso [...] são, todas, imagens de importância vital.

[...]

A concentração de um hábito ou atividade especial numa rua pode torna-la importante aos olhos dos observadores.

[...]

Qualidades espaciais características também conseguem reforçar a imagem de determinadas vias. No sentido mais suas, as ruas que sugerem largura ou estreiteza chamavam a atenção. [...] A procura das ruas “principais” (isto é, largas) e a confiança nelas depositada tornam-se automáticas [...] (LYNCH, 1999, p. 52; 54-57).

Percebe-se, assim, que as vias são, talvez, dos mais importantes elementos no ambiente urbano, definindo percursos e a imagem das cidades; pode tanto ser convidativa quando expulsiva, pode favorecer ou tornar exclusiva a circulação de pedestres, ou se reservar à circulação de carros (vias expressas).



Figura 4: Montagem exibindo diferentes vias da cidade do Recife/PE⁵.

À esquerda, uma rua no bairro do Poço da Panela, de pouco trânsito em razão do caráter residencial e histórico do bairro. Ao centro, a Avenida Agamenon Magalhães, pouco convidativa ao pedestre e ao ciclista, largamente utilizada por veículos automotores, é considerada pela população como um espaço inseguro e de engarrafamentos. À direita, a Rua da Imperatriz, no centro da cidade, com tráfego exclusivo de pedestres, é uma via movimentada, onde os imóveis têm uso comercial exclusivo ou misto – comercial no térreo, residencial nos demais pavimentos.

Não há como se determinar um ideal – vias só para pedestres, ou vias só para ciclistas, por exemplo – sem que seja necessariamente observado o entorno, o contexto onde está inserida a via: se estiver localizada em um espaço ermo e tiver a função única de servir

⁵ Rua no Poço da Panela, fonte:

<<http://i168.photobucket.com/albums/u196/recars/FOTOSSONY61709Medium.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

Avenida Agamenon Magalhães, fonte:

<<http://i272.photobucket.com/albums/jj195/zinho2008/AvAgamenonMagalhes032.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

Rua da Imperatriz fonte: <https://farm5.staticflickr.com/4105/5060882949_23a860e43f_o_d.jpg>. Acesso em 08.06.2015.

como uma passagem em velocidade, que seja uma via expressa; contudo, se estiver situada ao centro de uma área urbana e for envolta por edificações (casas, lojas, cafés, etc.), melhor que receba tratamento misto, abrigoando uma maior diversidade de modais.

2.2.5. Pátios

Os pátios podem ser privados, quando estão nos limites de uma residência ou imóvel particular, ou públicos, dando livre acesso a qualquer pessoa. Comumente são áreas descobertas e contínuas a edificações, funcionando como uma extensão do espaço construído.

Pátios são espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo aos quais dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, de propiciadores do encontro social e eventualmente destinados a atividades lúdicas temporárias (CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p. 29).



Figura 5: Pátio de São Pedro, Recife/PE⁶.

É espaço privativo para circulação de pedestres, permitindo a contemplação da arquitetura histórica e o encontro social.

São espaços de trânsito, de curta permanência, de encontro, de espera. Não costumam ser dotados de numeroso mobiliário urbano, mas são restritos à circulação de pedestres.

2.2.6. Mercados Públicos

Os mercados públicos são, mais frequentemente, espaços delimitados, subdivididos e com uma destinação bem específica: a compra e venda de produtos. São obras

⁶ Fonte: <http://www.recifecentro.com.br/wp-content/uploads/2013/01/PATIO-S.PEDRO_.jpg>. Acesso em 08.06.2015.

arquitetônicas capazes de movimentar não só a vida econômica, mas a vida urbana como um todo, através da constante circulação de pessoas.



Figura 6: Mercado Público de São José, Recife/PE⁷.

O mercado atrai outros tipos de comércio, especialmente o ambulante, que se instala em seu entorno. Em sua área interna, existem subdivisões, os boxes, onde os vendedores expõem suas mercadorias. Estimula a movimentação de pessoas em todo o seu entorno imediato.

Constituem marcos, monumentos, e não raramente são edificações de importância histórica. Atuam como meio de passagem para outras ruas e como áreas de estar e alimentação, especialmente quando, ao seu redor, se instalam outros estabelecimentos comerciais.

São completamente imersos e integrados à paisagem e ao tecido urbano, evitando a segregação espacial mesmo quando têm seus limites demarcados por muros, paredes ou grades, criando um espaço público, mas mais reservado.

Ganham relevo cultural e histórico se são edificações antigas, instaladas e utilizadas há muitos anos. É um “encontro de fluxos, de bens materiais, mercadorias e homens e de ideias em determinado espaço físico” (ALVES; RIBEIRO FILHO, 2011, p. 210).

Diferem das feiras livres porque não são espaços facilmente realocáveis, possuem elementos de permanência, em oposição à temporariedade das feiras, e também porque o imóvel onde são instalados os mercados públicos são frequentemente de grande porte, abrigando uma grande diversidade de produtos para comercialização.

2.2.7. Calçadões

Pode-se dizer que os calçadões são elementos particulares de cidades litorâneas, que criam um limite construído às praias, garantindo o acesso do grande público ao mar.

⁷ Mercado Público de São José – foto aérea – fonte: <<http://viagemviagem.com.br/wp-content/uploads/2013/12/Mercado-de-S%C3%A3o-Jos%C3%A9-Recife2.jpg>>. Acesso em 08.06.2015. Mercado Público de São José – área interna – fonte: <<http://jconlineimagem.ne10.uol.com.br/imagem/noticia/2012/06/19/normal/5444c5718a7fdf52cb174aa519bc8a45.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

Vizinho ao calçadão, há de se observar quase sempre uma via para automóveis, antes que se observe as calçadas que dão acesso aos imóveis instalados à beira-mar.

O “calçadão” da praia é outro exemplo [de espaço público], e vem se configurando fisicamente, como verdadeiro parque urbano linear à beira mar, devido ao mobiliário urbano, geralmente presente, e à atratividade que desperta no público (MENDONÇA, 2007, p. 300).

Esses espaços podem abrigar usos diversos: são espaços de contemplação do oceano e de circulação de pessoas onde é possível instalar pequenas áreas comerciais, pequenos equipamentos, sejam eles para a prática de esportes ou para lazer, e onde usualmente se faz presente a subdivisão da circulação conforme o meio de transporte (ciclovias ou ciclofaixas, pista de *cooper*, faixas de repouso e estadia).



Figura 7: Calçadão na Avenida Boa Viagem, Recife/PE⁸.

É frequentemente e intensamente utilizado pela população da cidade. Seu público pode usufruir da contemplação da paisagem natural, e do vai e vem das pessoas, utilizar-se da ciclovia para exercício ou locomoção e aproveitar os equipamentos esportivos. Faz a transição entre o ambiente construído e verticalizado e a área natural da praia.

Não costumam ter abundante vegetação, mas a necessidade de sombreamento natural é posta em segundo plano em razão da própria característica ambiente praieiro: as pessoas vão em busca do sol, do mar, do vento e da areia.

2.2.8. Parklets

Os *parklets* são, talvez os espaços públicos urbanos mais recentes historicamente. Surgiram em 2010, em São Francisco – Estados Unidos da América, e são estruturas instaladas no espaço que antes era destinado a uma ou mais vagas para carros.

⁸ Fonte: <http://s160.photobucket.com/user/Alfenim/media/UPC/100_0093.jpg.html>. Acesso em 08.06.2015.

Possuem modelos bastante diversificados, mas normalmente são construídos em madeira reaproveitada ou *pallets*, e incluem bancos e cadeiras e plantas de pequeno e médio porte.



Figura 8: Parklet na cidade de Oakland, California (EUA)⁹.

O *parklet* é capaz de trazer as pessoas para as vias públicas, criando aglomerações e movimento, transformando o passeio público, que é naturalmente um espaço de passagem, em uma área de estadia, de repouso.

Locados quase sempre em frente à cafés, restaurantes, bares e lanchonetes, funcionam como uma extensão do passeio público e permitem o repouso, a contemplação do espaço urbanizado e geram movimentação e aglomeração de pessoas, trazendo-as para fora das edificações.

Os estabelecimentos comerciais localizados junto aos *parklets* são diretamente beneficiados, e podem oferecer benefícios àqueles que se utilizam desta área, como internet sem fio, ampliando o tempo de permanência – e consequentemente o consumo de serviços e produtos.

No Brasil, São Paulo tem sido a cidade que mais estimula a utilização dos *parklets*, que dependem de autorização (válida por três anos, renováveis) da Prefeitura para instalação. O espaço tem despertado o interesse dos comerciantes, que afirmam, inclusive, que os *parklets* geram um sentimento de comunidade nos moradores do entorno¹⁰.

⁹ Fonte: <<http://ec2-54-235-79-104.compute-1.amazonaws.com/oak/groups/ceda/documents/image/oak038817.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

¹⁰ Entrevista dada por Piero Mazzamati à Cesar Soto, da Folha de São Paulo. Reportagem publicada no sítio do jornal em 21.09.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1518236-conheca-os-parklets-minipracas-instaladas-em-vagas-de-carros.shtml>>. Acesso em 08.06.2015.

2.3. Espaços públicos ao longo da história: um palco para a integração do espaço físico urbano com a vida pública.

Para melhor compreender as diversas funções e formas de uso dos espaços públicos urbanos, é necessário que seja desenvolvida uma perspectiva histórica, explicitando a profunda correlação existente entre o contexto socioeconômico e os usos dados à essas áreas comuns.

É possível afirmar que só há ambiente urbano quando há ambiente rural. A dualidade campo-cidade é resultado da divisão de funções entre a população: parte das pessoas de uma área dedica-se à agricultura, enquanto outra parte dedica-se à indústria, ao comércio e demais atividades.

Este salto decisivo (a “revolução urbana”, como se chamou), começa – segundo a documentação atual – no vasto território quase plano, em forma de meia-lua, entre os desertos da África e da Arábia e os montes que os encerram ao norte, do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico (BENÉVOLO, 2011, p. 26).

2.3.1. O homem neolítico e as cidades sumerianas

O homem neolítico, que domina o cultivo de cereais, o uso do metal, a roda, os animais de carga e as embarcações a vela, já é capaz de acumular excedentes de produção. Na Mesopotâmia, esses excedentes ficam no poder dos representantes das cidades, que acumulam despojos de guerra e importam e exportam produtos diversos, organizando a vida urbana (BENÉVOLO, 2011, p. 26).

Cidades sumerianas (início do segundo milênio a.C.) já são isoladas do ambiente aberto e natural por muros e fossos, e possuem grande área urbana, a exemplo de Ur, com seus aproximados 100 hectares (BENÉVOLO, 2011, p. 26). Eram valorizados os laços territoriais em detrimento dos laços sanguíneos, as classes dividiam a sociedade, que era dirigida por uma elite política, militar e religiosa; o enriquecimento destas categorias era resultante da coleta de tributos.

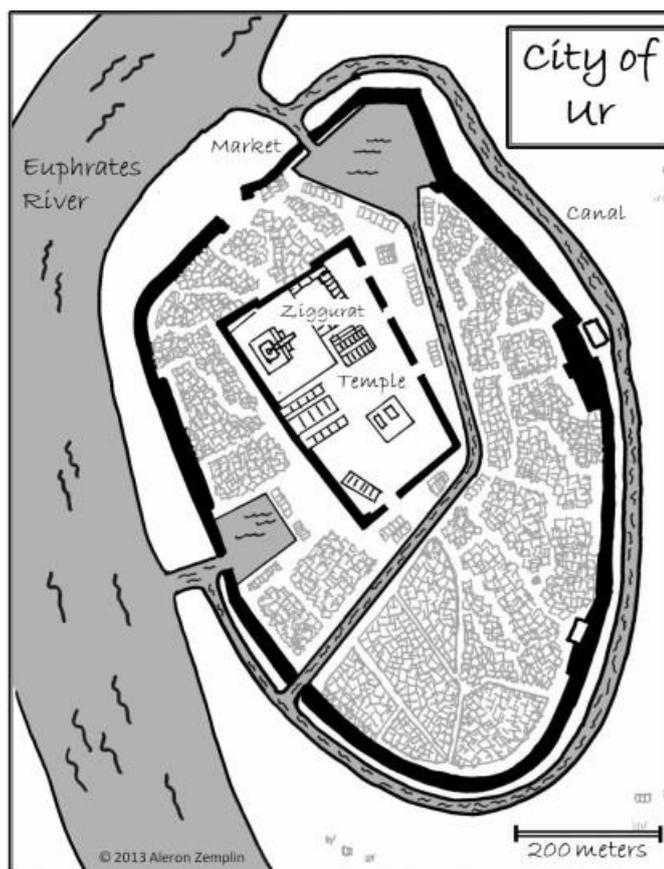


Figura 9: Planta da cidade de Ur¹¹.

Ao centro, o templo e o santuário (*ziggurat*), envoltos pelas residências.

As grandes edificações eram construídas por essas elites, e as edificações públicas decorriam tão somente da capacidade econômica da autoridade central. Por este motivo, além das vielas que interligam as áreas destinadas às propriedades individuais, não existiam, nessas cidades, muitos espaços públicos planejados para atividades comunitárias.

Existiam apenas os mercados ao ar livre e os templos, que abrigavam “além do santuário e da torre-observatório (*ziggurat*), laboratórios, armazéns, lojas onde vivem e trabalham diversas categorias de especialistas” (BENÉVOLO, 2011, p. 27).

Abaixo, imagem que destaca as áreas não residenciais de Ur. É possível observar, em marrom, as vias de circulação; em vermelho, santuários; em amarelo, cozinha e área de alimentação do santuário anexo; em roxo, lojas; em azul, edificação escolar; em verde, área onde vivia a autoridade central da cidade.

¹¹ Fonte: <http://anaccidentalgod.com/uploads/3/2/1/2/3212037/_1361729542.jpg>. Acesso em 05.06.2015.

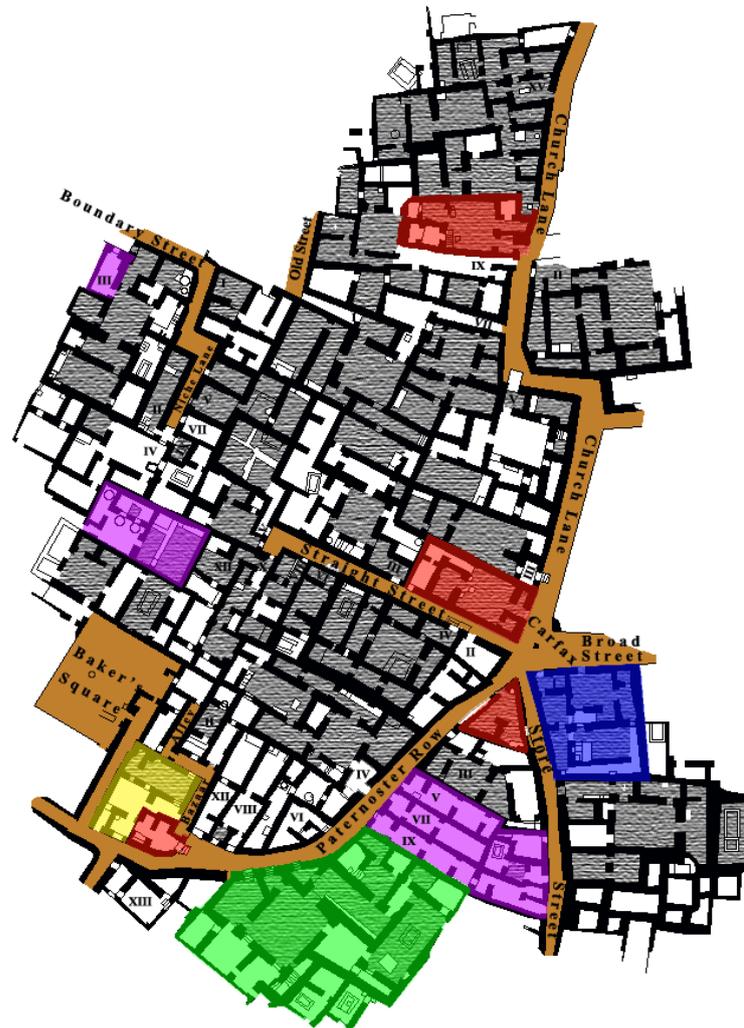


Figura 10: Planta setorizada da área residencial¹².

Essas cidades Mesopotâmicas transformaram-se em Estados independentes, e lutaram pelas planícies irrigadas, o que resultou em alterações na estrutura física das cidades. Além da ampliação territorial, o palácio do rei substitui o templo como estrutura dominante, e as ruas ganham um desenho retilíneo, de largura constante (BENÉVOLO, 2011, p. 32).

¹² Fonte: <http://www.odysseyadventures.ca/articles/ur%20of%20the%20chaldees/ur02_ahplan.png>. Acesso em 05.06.2015.

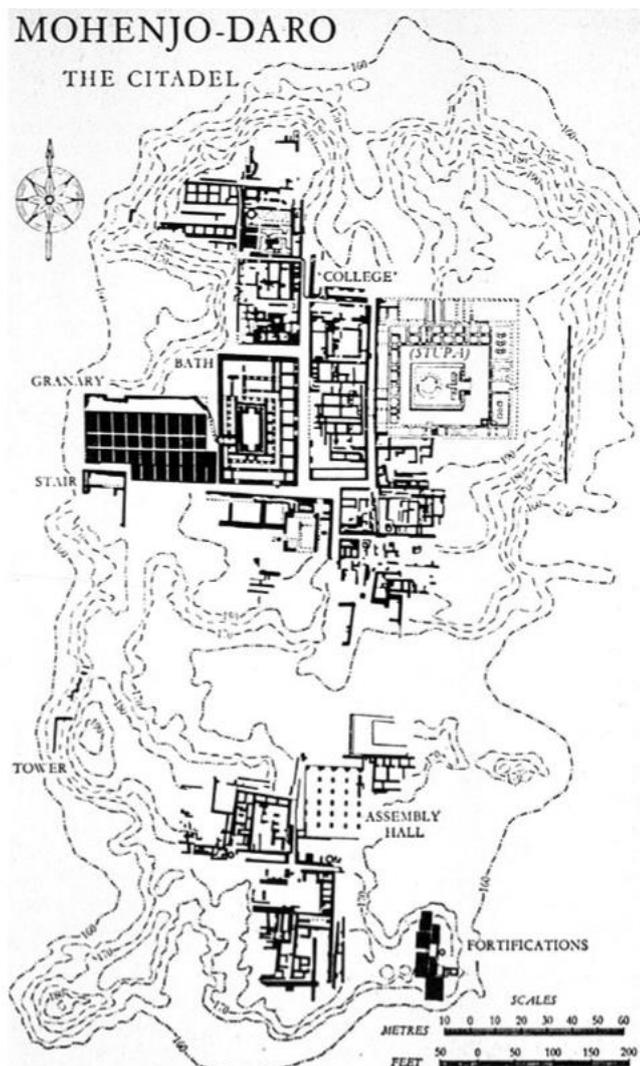


Figura 11: Mohenjo-daro, Vale do Indo, III milênio a.C.¹³.

O traçado retilíneo das ruas será melhor analisado adiante, por ser utilizado na época renascentista, onde buscava-se a reordenação do traçado urbano medieval, justificando-se esta disposição pela necessidade de deslocamento das tropas militares (MUMFORD, 1965, p. 449). Esta mesma motivação pode, em tese, ser apreciada no caso de cidades como Mohenjo-daro.

Desaparece, assim a distinção entre os monumentos e as zonas habitadas pelas pessoas comuns; a cidade é formada por uma série de recintos, os mais externos abertos a todos, os mais internos reservados aos reis e aos sacerdotes (BENÉVOLO, 2011, p. 32).

¹³ Fonte: <<https://classconnection.s3.amazonaws.com/176/flashcards/1597176/png/41352276911638.png>>. Acesso em 05.06.2015.

2.3.2. Egito antigo

No Egito antigo, destacam-se as necrópoles – cidades para os mortos, construídas em pedra, para resistir ao tempo –, as pirâmides – tumbas monumentais, símbolo da vida eterna, que se inicia após a morte –, e a figura do faraó.

Assim, o faraó tem o domínio preeminente sobre o país inteiro, e recebe um excedente de produtos bem maior que o dos sacerdotes asiáticos. Com estes recursos, ele constrói as obras públicas, as cidades, os templos dos deuses locais e nacionais, mas sobretudo sua tumba monumental [...] (BENÉVOLO, 2011, p. 40).

As residências dos egípcios eram construídas em alvenaria, material menos resistente que as pedras, representando o caráter temporário da vida na terra, espaços a serem abandonados. Essas áreas habitacionais eram construídas inclusive próximas às construções de pirâmides e templos, mas existiam apenas enquanto durassem as obras.



Figura 12: Dair-el-medina.

À esquerda, a necrópolis, à direita, delimitada, o "Vale dos Trabalhadores", área residencial construída para os operários do Vale dos Reis¹⁴.

¹⁴ Fonte: <<https://classconnection.s3.amazonaws.com/698/flashcards/4033698/jpg/72-141B9C2DC7A67E7E709.jpg>>. Acesso em 05.06.2015.

Nos pátios dos templos, espaços considerados de uso público, eram dispostas estátuas e monumentos enaltecendo o faraó, suas vitórias nas batalhas e sua devoção aos deuses. Grande parte dos festivais e celebrações ocorriam nesses templos, já que outras atividades eram realizadas no interior das residências. As vias eram distribuídas sem muito cuidado ou padrão, entretanto, os templos e tumbas eram cuidadosamente planejados.

2.3.3. Grécia arcaica

Na Grécia arcaica, a cidade aristocrática – a *polis* – organiza-se conforme o território onde está assentada. Na colina, temos a *acrópole*, onde são erguidos os templos aos deuses e que também funciona como refúgio aos habitantes em caso de guerras. Já na parte baixa, ou *atsú*, é onde estão localizados habitações e comércio.

É nesta sociedade, onde há espaços públicos como a *ágora* (assembleia dos cidadãos) e a colina de Pnice, que se verifica o uso desses territórios como local de convivência popular, de efervescência política e destinadas ao exercício da cidadania.

A assembleia dos cidadãos (*ágora*) que se reúne para ouvir as decisões dos chefes ou para deliberar. O local de reunião é usualmente a praça do mercado (que também se chama *ágora*), ou então, nas cidades maiores, um local ao ar livre expressamente apresentado para tal (em Atenas, a colina de Pnice) (BENÉVOLO, 2011, p. 76).

A *polis* deve ter sua população em quantidade proporcional à área urbana, sendo essencial, ainda, que tenha homens em número suficiente para compor um exército, mas não em excesso, de modo que prejudique o melhor funcionamento do governo. Essa busca pela proporcionalidade e pela simetria é uma característica da sociedade grega, que considera o excesso de população um empecilho à boa governança.

O povo grego tem livre circulação na cidade, já que é comum que seja circundada por muros, para defesa, mas não existem áreas fechadas como nas *urbes* anteriormente analisadas. É livre o acesso ao teatro, à *ágora* e por entre a cidade, não existindo segregação da população em bairros em razão de qualquer fator socioeconômico.

O espaço da cidade se divide em três zonas: as áreas privadas ocupadas pelas casas de moradia, as áreas sagradas – os recintos com os templos dos deuses – e as áreas públicas, destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos, etc. (BENEVOLO, 2011, p. 78).

Abaixo, é possível visualizar claramente essas áreas descritas:

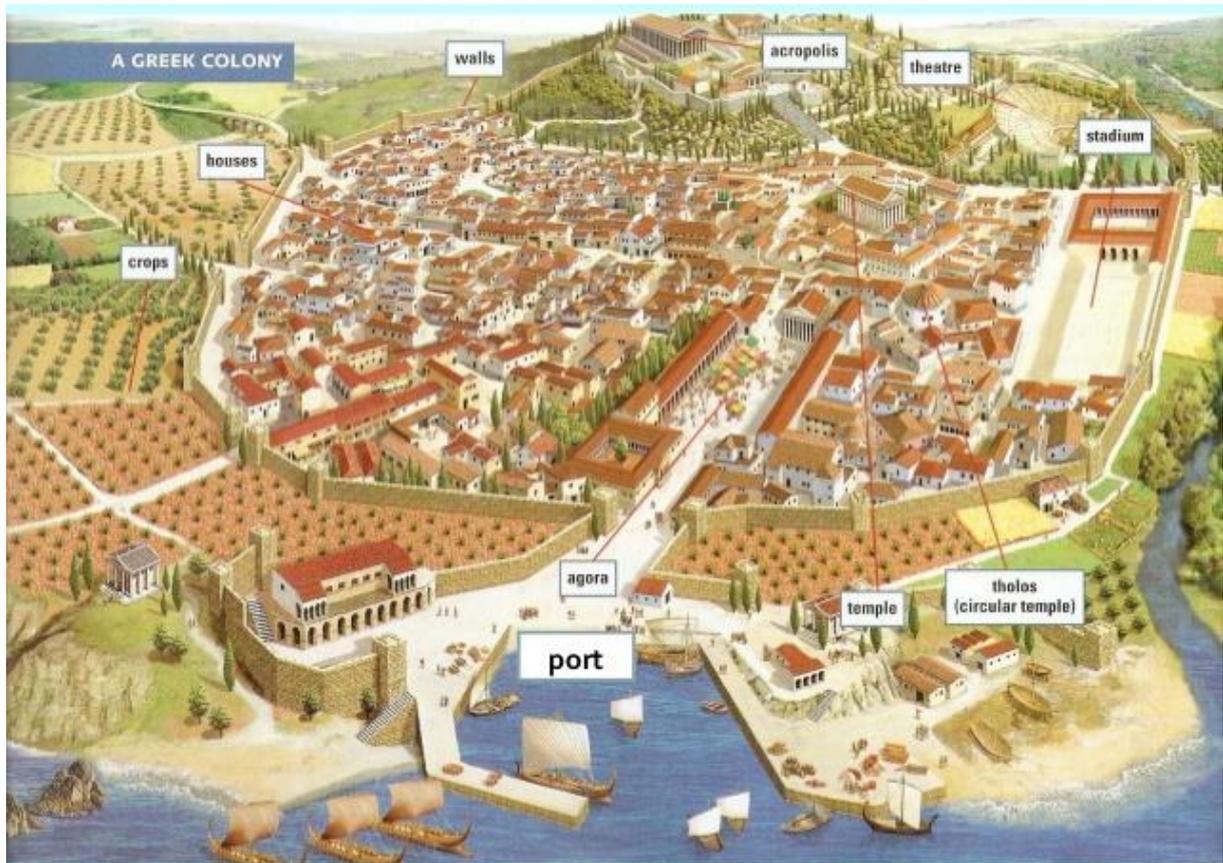


Figura 13: A típica cidade grega.

É possível observar a área da *acrópole*, acima, e a área residencial abaixo, sendo toda a cidade delimitada por um grande muro, utilizado para defesa¹⁵.

As habitações eram construídas de forma modesta, e essa simplicidade decorre tão somente de se dar maior importância à vida ao ar livre, no espaço público ordenado e destinado ao exercício do debate político.

Mesmo valorizando a simetria e a proporcionalidade das edificações, os gregos pareciam não se importar com o traçado irregular das ruas; eles respeitavam a disposição natural do terreno, aproveitando-se de elementos naturais para dispor suas edificações perfeitamente simétricas.

Esta irregularidade das vias somente é alterada posteriormente, quando Hipódamo de Mileto¹⁶, considerado o inventor da “divisão regular da cidade”, estabelece que o espaço

¹⁵ Fonte: <<http://image.slidesharecdn.com/ancientgreecemfb-121128110324-phpapp02/95/ancient-greece-35-638.jpg?cb=1354100873>>. Acesso em 06.06.2015.

¹⁶ Hipódamo de Mileto foi um arquiteto grego, nascido na Turquia, representante da antiga Escola Jônia, que viveu entre 498 a 408 a.C.. Entendia o planejamento urbano como necessário, privilegiando a funcionalidade. É considerado um dos primeiros urbanistas e criador da “malha hipodâmica”, composta por ruas largas que se cruzavam em ângulos retos, proporcionando maior rapidez e praticidade na construção urbana e facilidade na expansão do território urbanizado. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/HipodMil.html>>. Acesso em 06.06.2015.

urbano deve ser não apenas setorizado em três zonas (particular, pública e sagrada), mas traçadas conforme um desenho geométrico.

Este desenho geométrico é uma regra racional, aplicada da escala do edifício à escala da cidade [...]. Todavia, é uma regra nova, que não compromete, mas apenas confirma e torna sistemáticos os caracteres da cidade grega [...] (BENEVOLO, 2011, p. 113).

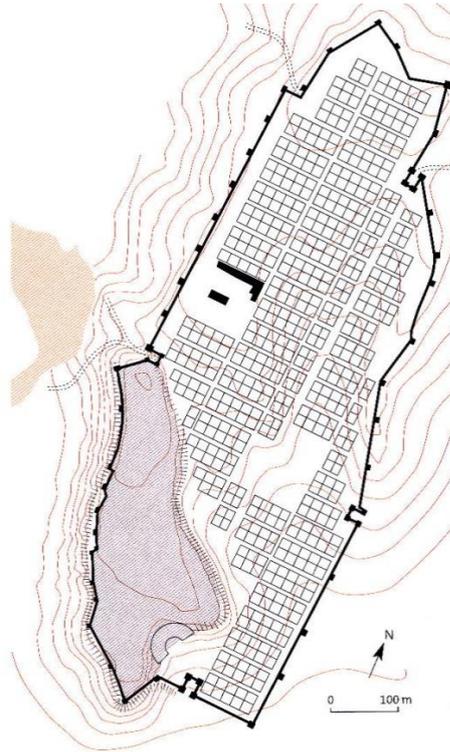


Figura 14: Cidade de Olinto, desenhada por Hipódamo, em 432 a.C.¹⁷

As ruas ganham, aqui, traçado retilíneo, ângulos retos, resultando em diversos quarteirões retangulares, que se adaptam às dimensões das habitações; edificações especiais, como as religiosas, podem ocupar um quarteirão inteiro, ou mais, adaptando-se à malha quadriculada.

¹⁷ Fonte: <<http://www.sofiaoriginals.com/j1018m3.jpg>>. Acesso em 06.06.2015.

2.3.4. Roma antiga

Definida como uma “aldeia, que se torna, pouco a pouco, uma cidade mundial” (BENEVOLO, 2011, p. 136), Roma representa um império que acolhe homens e culturas de todos os povoados e cidades conquistadas.

A cidade, anteriormente aos tempos do império, era composta por traçado irregular, mas com o estabelecimento do império, são cada vez mais frequentes as reformas, que destroem áreas construídas para a construção de novos edifícios.

Expressando a magnitude do império romano, os novos prédios são grandiosos, a cidade chega a ser dividida em quatorze regiões sob o comando de Augusto. As construções públicas tomam, portanto, grande parte do território urbano, deixando pouco espaço para as *insulae*, imóveis habitacionais de muitos andares.

Nero, aproveitando-se do incêndio ocorrido, modifica o espaço urbano com maior intensidade que os imperadores anteriores: alarga as ruas, dá estrutura aos bairros, limita o gabarito das edificações residenciais. É também sob seu comando que se abrem áreas para praças.



Figura 15: Maquete da Roma antiga - Museo della Civillità (Roma)¹⁸.

Na imagem é possível observar o Coliseu, ao fundo; o Circo Máximo, em primeiro plano; o Palatino e o Aqueduto de Cláudio, na parte superior direita.

Para fomentar a vida pública, é autorizada a participação gratuita de qualquer do povo a qualquer tipo de espetáculo. São construídos circos, teatros e anfiteatros. O Coliseu foi

¹⁸ Fonte: <<http://img.terra.com.br/i/2011/01/17/1756378-4762-ga.jpg>>. Acesso em 06.06.2015.

obra realizada pelo imperador Vespasiano, assim como o novo centro cívico – conjunto do Foro Trajano, com o mercado:

Nos grandes edifícios públicos, feitos com a contribuição dos melhores artistas do império, é respeitado o equilíbrio entre estruturas arquitetônicas e os acabamentos esculpidos ou pintados, como nos modelos gregos (BENEVOLO, 2011, p. 142).

De 270 a 305 d.C., são construídas outras importantes obras públicas, como a Muralha de Aureliano, as Termas de Diocleciano e as Termas e a Basílica de Constantino. As termas eram verdadeiros centros de lazer: espaços públicos com salas reservadas para atividades físicas e lúdicas, eram considerados espaços de reunião.

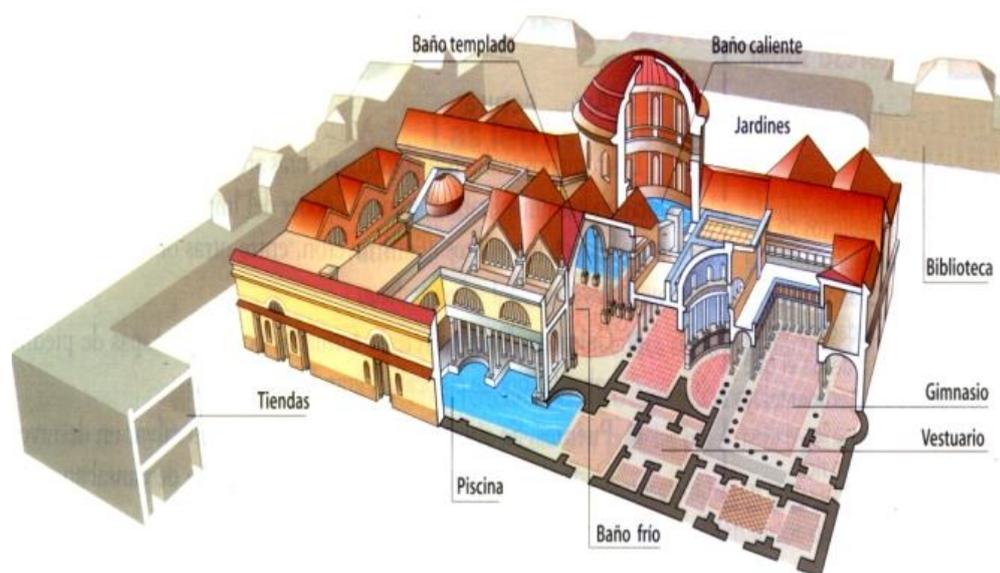


Figura 16: Esquema digitalizado de terma romana¹⁹.

Com o decorrer do tempo, as termas passaram a conter diversos espaços internos com diferentes funções, como vestiário (*apoditério*) piscinas de água fria (*frigidário*), morna (*tepidário*) e quente (*caldário*), saunas (*sudatório*), além de salas de reunião, bibliotecas, teatros, lojas e amplos espaços verdes.

Na Lei das Doze Tábuas constam disposições sobre as ruas de Roma, estabelecendo larguras máximas e mínimas para as vias. Essas dimensões tornam-se, posteriormente, insuficientes para atender à crescente população, e César disciplina que os

¹⁹ Fonte: <http://www.iescarbula.net/materias/gyh/arte/hp/un04/termas.jpg>. Acesso em 06.06.2015.

carros devem circular apenas entre o pôr-do-sol e a alvorada, e que os proprietários das casas vizinhas são responsáveis pela limpeza das ruas.

A rede de estradas é o serviço mais deficiente; compreende 85 quilômetros, e é composta por ruas tortuosas, quase sempre estreitas ou estreitíssimas: os *itinera*, acessíveis somente aos pedestres; os *actus*, onde pode passar um carro de cada vez; as *viae*, onde dois carros podem cruzar-se ou ultrapassar-se (BENEVOLO, 2011, p. 174).

Ao final do século III d.C., Roma deixa de ser a capital única; no século seguinte, Bizâncio é estabelecida como a capital do império romano, que é posteriormente segregado em parte oriental e ocidental do império.

2.3.5. Cidades medievais europeias

À queda do império romano sucedeu-se uma crise econômica e política que durou alguns séculos, resultando na saída de muitas pessoas dos centros urbanos, pois deixaram de ter condições de neles viver.

Nas áreas rurais, essas pessoas tinham a chance de plantar e colher seus alimentos, construir suas próprias casas, capelas, celeiros, estábulos; essas edificações espalhavam-se ao longo das propriedades.

O campo é dividido em grandes propriedades (de 5.000 hectares em média, ou maiores), que compreendem várias centenas de quintas. [...] cada porção é governada por uma corte [...]. O território que depende de cada corte é dividido em três partes: as terras reservadas ao senhor, as divididas em fazendas entre as famílias dos camponeses dependentes do senhor, e as zonas não cultivadas [...] onde todos podem catar lenha, apascentar o gado, colher as frutas selvagens (BENEVOLO, 2011, p. 252).

A sociedade volta a ser considerada rural, imersa em uma política feudal, reduzindo o ambiente urbano à centros de produção e de troca. Os edifícios públicos romanos, acima mencionados, transformam-se em fortalezas para defesa de parte do território das cidades, e diversas outras edificações são ocupadas, adensadas, aproveitando os muros antigos como forma delimitar esse conjunto de edificações que nelas estão contidas.



Figura 17: Antifreatro de Arles e a cidade construída em seu interior²⁰.

Apenas depois de cerca de dez séculos da crise é quando a Europa inicia sua recuperação econômica juntamente ao aumento populacional e da produção agrícola (em virtude de inovações técnicas); a indústria e o comércio não apenas se recuperam, mas são valorizados.

O impacto dessa recuperação é sentido no espaço urbano, que abriga aqueles que não se encaixaram no mercado agrícola, mas são capazes de se estabelecer na cidade como artesãos e mercadores.

As fortalezas que se formaram já sofrem com o excessivo adensamento, e, como resultado das construções erguidas em volta do centro fortalecido, são feitos cinturões de muros à medida que os imóveis ocupam o território.



Figura 18: Carcassonne, na França²¹.

É possível visualizar os cinturões de muros que resguardam a cidade.

²⁰ Fonte: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/ArlesGuibert.JPG>>. Acesso em 08.06.2015.

²¹ Fonte: <<http://ils.unc.edu/dpr/archives/sofrance/carcassonne.jpg>>. Acesso em 08.06.2015.

Nesta cidade, a população artesã e mercantil – a burguesia, como será chamada – está em maioria desde o início; pretende, pois, se subtrair ao sistema político feudal, e garantir-se as condições para sua atividade econômica: a liberdade pessoal, a autonomia judiciária, a autonomia administrativa, um sistema de taxas proporcionais às rendas e destinadas a obras de utilidade pública (BENEVOLO, 2011, p. 259).

Percebe-se que os espaços públicos capazes de proporcionar áreas de lazer não eram priorizados como a era áurea de Roma; muitos dos existentes foram ocupados para garantir moradia e o mínimo de segurança às pessoas que neles habitavam.

Os espaços públicos e privados não formam, pois, zonas contíguas e separadas, como na cidade antiga: existe um espaço público comum, complexo e unitário, que se espalha por toda a cidade e no qual se apresentam todos os edifícios públicos e privados, com seus eventuais espaços internos, pátios ou jardins (BENEVOLO, 2011, p. 269).

As vias mantêm o traçado irregular, mas compõem um todo que viabiliza a orientação no espaço construído; as ruas secundárias são utilizadas como simples caminhos, enquanto que sobre as principais recaem usos diversos (circulação, estadia, comércio, reuniões). Estatutos regulamentam as interseções entre o público e o privado.

Os espaços públicos na Europa medieval têm usos diversos, abrigando o episcopado, o governo, ordens religiosas, corporações de ofício, contudo, cada um tem seu espaço próprio, resultando em diferentes centros inseridos na malha urbana.

A recuperação é interrompida na metade do século XIV, quando a peste negra diminui a população europeia em cerca de 30%, freando o crescimento na área rural e prejudicando a recuperação econômica nas áreas urbanas.

2.3.6. O período renascentista

É na renascença que se estabelece a profissão de arquiteto na qualidade de projetista, delineando-se as fases de projeto e de execução de obras, em virtude do método de trabalho aplicado por Filippo Brunelleschi.

Deste modo, a arquitetura muda de significado: adquire um rigor intelectual e uma dignidade cultural que a distinguem do trabalho mecânico, e a tornam semelhante às artes liberais: a ciência e a literatura (BENEVOLO, 2011, p. 403).

Não podemos transportar esta metodologia, por ora, ao urbanismo, termo que surge apenas no século XIX como método de intervenção nas cidades que sofrem com o súbito aumento populacional decorrente da revolução industrial.

As intervenções nas cidades italianas, a exemplo, eram resultado do trabalho de profissionais de diversos ramos: arquitetos, pintores, escultores e decoradores.

Em muitos casos, o entrelaçamento das competências é estreito como na Idade Média. Para uma mesma obra o comitente pede a colaboração de muitos artistas, e os assume ou despede com uma liberdade quase caprichosa [...] (BENEVOLO, 2011, p. 438).

Em virtude das dificuldades econômicas surgidas ao final da Idade Média, a maioria das cidades não recebeu intervenções significativas, pouco alterando o traçado das cidades.

O utopismo, característica do movimento renascentista italiano, reflete-se nos espaços urbanos através da produção de “cidades ideais”: com o surgimento da perspectiva como modo de apresentação dos projetos arquitetônicos e como meio para garantir uma execução conforme o projeto, também se busca a retificação de cenários urbanos, que deveria guardar proporções matemáticas, dando alinhamento e continuidade tanto às edificações quanto às vias utilizadas para circulação.

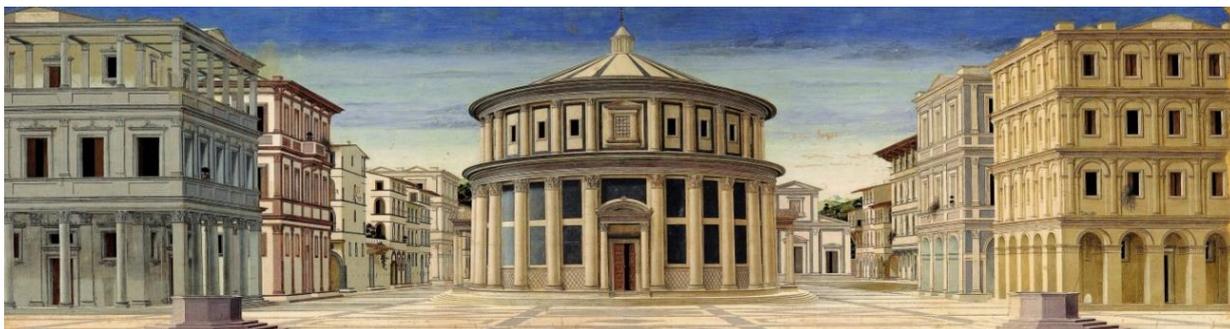


Figura 19: Uma Cidade Ideal²²
Pintura conservada no Palácio Ducal de Urbino.

Os espaços públicos mais alterados foram as vias, que davam novo desenho à malha urbana, tornando-a mais retilínea:

O tecido humilde e emaranhado da cidade medieval é cortado sem hesitações para dar lugar a novas ruas retilíneas e a novos edifícios regulares [...] (BENEVOLO, 2011, p. 446).

²² Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/75/Formerly_Piero_della_Francesca_-_Ideal_City_-_Galleria_Nazionale_delle_Marche_Urbino.jpg>. Acesso em 23.09.2015.

Uma das mais significativas intervenções em espaços públicos no renascimento é o projeto de Lorenzo Bernini para a praça de São Pedro, em Roma, no século XVII, que estabelece este espaço como um dos mais importantes espaços públicos do mundo até a contemporaneidade.

[...] Bernini resolve o problema da ligação da Igreja de São Pedro com a cidade, e projeta o esplêndido arranjo da praça: um espaço vazio modelado com os desníveis do terreno, parcialmente isolado por uma colunata aberta que deixa ver o bairro em volta e o panorama da cidade (BENEVOLO, 2011, p. 456).

Como efeito da colonização europeia no mundo, temos, ainda no renascimento, o surgimento de novas áreas urbanas, que seguem o mesmo padrão que se aplicava em sobreposição ao existente nas cidades medievais europeias.

Ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos (BENEVOLO, 2011, p; 487).

Deste modo, é possível expandir livremente as cidades, sem que se perca o desenho planificado originariamente previsto, afastando-se um problema tipicamente medieval, já que não demanda a construção de novos muros ao redor da cidade, tampouco a extensão desordenada de vias já existentes.



Figura 20: Nova Iorque em 1875²³

A malha urbana implantada não foi alterada, demonstrando que este modelo de cidade adapta-se a diferentes épocas e às diferentes necessidades de cada tempo histórico.

A cidade de Nova Iorque é um dos mais claros exemplos da aplicação desta forma de ocupação do território, fortalecido pelo Plano Regulador traçado em 1811, e sua malha urbana em forma de grade foi mantida ao longo da história.

No Brasil, a forma das cidades seguiu sentido diverso, em decorrência da falta de planejamento adequado na ocupação dos territórios recém-descobertos. Pela influência da igreja católica, temos espaços construídos à época da colonização que priorizam e põem em destaque as igrejas e pátios.

Os mercados funcionavam para venda e troca de mercadorias e escravos, atuando como praticamente os únicos centros comerciais então existentes. Por não existir qualquer regramento para a construção, as ocupações eram efetuadas de forma livre, sem preocupação com afastamentos, mínima iluminação natural ou espaços para solo natural.

Não havia regularidade no traçado das ruas, que eram resultado da disposição das residências em seus alinhamentos. A estrutura das construções era capaz de atingir no máximo dois ou três pavimentos, e por isso as torres das igrejas, mais altas, tornaram-se marcos referenciais na paisagem dessas cidades.

²³ Fonte: <<http://sunnycv.com/steve/maps/1800s/1875a-newyork.jpg>>. Acesso em 27.09.2015.

2.3.7. O período Barroco na Europa

Com a situação crítica da economia europeia no início do século XVII, estabeleceu-se uma nova organização do trabalho artístico – dentre os quais se situa a arquitetura e o urbanismo – e Paris toma lugar de destaque, impondo-se como novo modelo de cultura artística mundial.

O território urbano parisiense divide-se em três grandes áreas:

- a *cit *, na ilha onde foi fundada a primeira aldeia gaulesa;
- a *universit * [de Paris] na margem esquerda, onde os romanos haviam construído a col nia de Lutetia, e onde em 1210 Abelardo e seus colegas fundam a célebre universidade;
- a *ville* na margem direita, onde residem as corpora es comerciais e o governo municipal. As três partes são cercadas pelos muros de Carlos V, construídos em 1370. A superfície   de 440 hectares, e a popula o de cerca de 100.000 habitantes (BENEVOLO, 2011, p. 505).

Entre o final do século XVI e o início do século XVII, sob a regência de Henrique IV, são realizadas obras públicas de destaque, como: a amplia o dos muros de Carlos V; a reorganiza o de ruas e de sistema de esgoto e aqueduto; a abertura de novas praças, com formato retangular, envoltas por residências com arquitetura uniforme (Praça Real, Place de France); e o início da amplia o do *Musée du Louvre*.

O Rei Luís XIV também efetuou modifica es no espaço urbano parisiense, entretanto, foram menos intensas que as executadas por Henrique IV. Destaca-se a constru o dos *boulevards*, avenidas arborizadas que arrastam a periferia para longe do centro urbano, formando uma nova área marginal, mais próxima do campo que da área central.

  possível identificar que as vias e praças são elementos basilares e atuam na qualidade de diretrizes para a constru o das edifica es que as envolvem.   mantida a forte segrega o entre o espaço urbano e o rural; a arquitetura do imóvel define também o poder econômico de seus residentes.

A quantidade de habitantes de cada espaço urbano aumenta significativamente ao longo do tempo, apontando para uma recupera o populacional após a morte de um terço da popula o europeia em virtude da peste negra. Assim, cada *urbe* lida de forma específica com a necessidade de expandir seus espaços habitáveis.

Amsterdã, a cidade mais importante, se torna o centro do comércio e da atividade bancária europeia, e cresce utilizando uma combina o de instrumentos diversos: os métodos administrativos medievais, as

contribuições da ciência e da tecnologia moderna, o espírito de regularidade da cultura visual renascentista.

[...] no início do século XVII, projeta-se uma nova e grandiosa ampliação; decide-se escavar outros três canais concêntricos, começando pela extremidade ocidental e continuando por meio de cortes sucessivos até a zona oriental, onde é previsto um parque público e a ampliação do canteiro naval. Este plano é aprovado pelo governo da cidade em 1607 e é pontualmente executado no decorrer do século XVII. O governo desapropria o terreno, constrói os canais e vende os lotes de terreno aos particulares que desejam construir as casas, recuperando assim as quantias gastas; os particulares devem observar os minuciosos regulamentos de construção, que estabelecem os caracteres dos edifícios e os ônus a cargo dos proprietários (BENEVOLO, 2011, p. 537).

No caso específico de Amsterdã, a vida das pessoas na cidade se volta aos canais, que trazem movimento ao espaço urbano. Primam, como ocorre no restante da Europa, pela uniformidade nas edificações, mas não há o mesmo rigor quanto às fachadas, apesar de possuírem largura uniforme, promovendo uma composição única.

A segregação espacial, já mencionada em Paris, ocorre também em Londres, onde são construídas casas que acompanham o traçado das ruas dos campos ao redor da city (BENEVOLO, 2011, p. 542).

Após o incêndio ocorrido em 1666, a *city* é reconstruída de forma moderna, alargando ruas principais e estabelecendo alturas máximas para as novas casas. Londres cresce e toma o posto de Amsterdã como cidade mais importante na Europa.

Este prodigioso desenvolvimento não é dirigido por um plano municipal, como em Amsterdã, nem pelos arranjos monumentais da corte, como em Paris: Londres é um mosaico de pequenas iniciativas – loteamentos promovidos pelos próprios proprietários de terrenos, nobres ou burgueses – alternados com frequentes espaços verdes, públicos ou particulares (BENEVOLO, 2011, p. 542).

É em Londres que primeiro se verifica a mistura entre a periferia urbana e o campo; o espaço urbano é extenso, mas, ainda assim, mantém-se uniforme. As vias são irregulares e estreitas e concentram alto trânsito de pessoas e veículos de tração. Já no século XVIII essa cidade apresenta problemas verificados em cidades contemporâneas, e que restam acentuados após a Revolução Industrial.

Na França, a então *Place de la Revolution*, atualmente *Place de la Concorde* e segunda maior praça parisiense, torna-se cenário da Revolução Francesa, com a decapitação do Rei Luís XV e, nove meses mais tarde, da Rainha Maria Antonieta, em 1793.

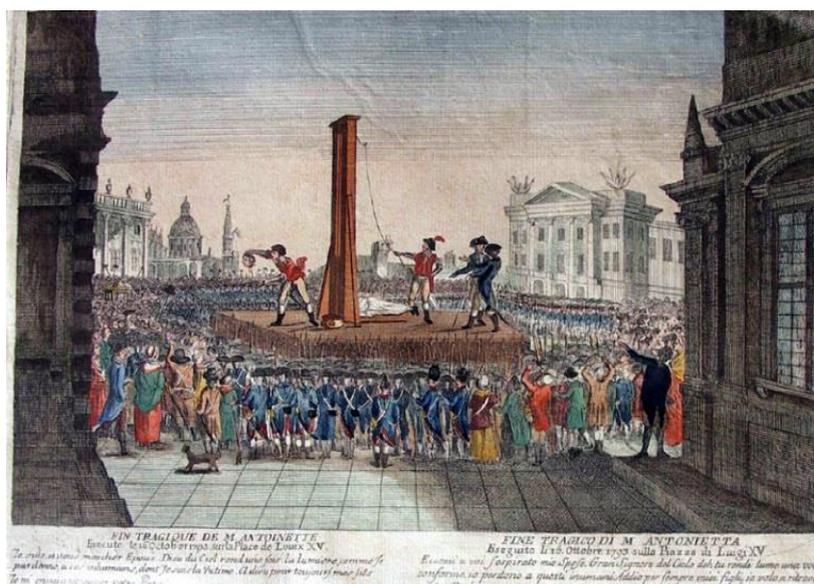


Figura 21: Place de La Concorde²⁴.

À época, denominada, *Place de La Revolution*, foi o espaço utilizado para aplicar a sentença de morte dada à Maria Antonieta.

2.3.8. As cidades na Revolução Industrial

A Revolução Industrial é um dos períodos mais marcantes da história mundial. Dentre seus reflexos, verifica-se o aumento da população, impulsionada pela redução da mortalidade e pelo aumento da taxa de natalidade, que se aglomera nos espaços urbanos para atender às demandas da indústria.

Com a chegada de novas tecnologias, a fabricação de produtos se dá de forma mais acelerada, em série. O movimento migratório campo-cidade entra em um ciclo vicioso: a maior quantidade de pessoas nas cidades demanda aumento da produção; o aumento da produção demanda mais trabalhadores.

A rapidez e o caráter aberto destas transformações, que se desenvolvem em poucos decênios (dentro do arco de experiência de uma vida humana) e não levam a um novo equilíbrio estável, mas deixam prever outras transformações cada vez mais profundas e mais rápidas.

Nenhum problema jamais é resolvido definitivamente, e arranjo nenhum pode valer por tempo indeterminado, mas somente por um período que se deve aprender a calcular. Um edifício não é mais considerado uma modificação estável, incorporada no terreno, mas um manufaturado provisório, que pode ser substituído mais tarde por outro manufaturado (BENEVOLO, 2011, p. 552).

²⁴ Fonte: <<http://paris4vip.com/wp-content/uploads/2013/11/MarieAntoinette.jpg>>. Acesso em 29.09.2015.

O crescimento abrupto traz a segregação espacial como resultado necessário: a população mais pobre é forçada a construir suas residências na periferia, onde há espaço, fora, portanto do núcleo do que era a cidade na Idade Média.

Contudo, com a contínua migração de pessoas para os centros, as vias tornam-se abarrotadas, dificultando a circulação. Aquelas famílias com melhores condições econômicas transferem-se para longe desse centro movimentado.

Entrementes, muitos edifícios monumentais da cidade histórica – palácios nobiliários, conventos, etc. – são abandonados por causa das revoluções sociais, e são divididos em pequenas moradias improvisadas. As zonas verdes compreendidas no organismo antigo – os jardins por trás das casas em fileira, os jardins maiores dos palácios, os hortos – são ocupadas por novas construções, casas e barracões industriais (BENEVOLO, 2011, p. 565).

Não se pode falar, neste momento, em planejamento urbano, já que a ocupação é realizada de forma célere e indiscriminada, ao bel prazer de cada indivíduo. Nesse momento, a divisão urbana em conformidade com o poder econômico é latente: cada classe se estabelece junto a seus pares, subdividindo a área urbana.



Figura 22: Londres à época da Revolução Industrial²⁵.

Os mais abastados garantem uma residência confortável para sua família, quase sempre casas com jardins particulares, enquanto que aos mais pobres resta habitar espaços mínimos, sem ventilação ou iluminação natural, algumas vezes verticalizado, e onde várias pessoas dividem os poucos cômodos.

²⁵ Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4574>>. Acesso em 28.09.2015.

Agora o agrupamento de muitas casas num ambiente restrito impede a eliminação dos refugos e o desenvolvimento das atividades ao ar livre: ao longo das ruas correm os esgotos descobertos, se acumulam as imundícies e nos mesmos espaços circulam as pessoas e os veículos, vagueiam os animais, brincam as crianças (BENEVOLO, 2011, p. 566).

As vias, na qualidade de espaços públicos, mantêm os mesmos usos de outrora, porém, não promovem qualidade de vida aos cidadãos que a utilizam. Não se investe em novas praças, novos espaços de uso público; os existentes são utilizados para viabilizar revoluções sociais, tão presentes nesta época, que pleiteavam por melhores condições de trabalho. As cidades iniciam um processo de segregação socioespacial que vige até a contemporaneidade.

2.3.9. As cidades pós-liberais

Os novos modelos de cidade são consequência do abandono da tese liberal da não-intervenção Estatal nos setores privados. As velozes transformações sem controle têm seu ritmo reduzido. Com uma maior intervenção estatal nas iniciativas privadas, estabelecem-se limites, através de regulamentos, às obras públicas.

Em paralelo, retoma-se a construção de espaços públicos que auxiliem a reorganizar as grandes cidades europeias. Para tanto, são definidos os limites das áreas que são públicas e as que são de propriedade privada.

São características do novo modelo implementado:

1) A administração pública e a propriedade imobiliária encontram um acordo: é reconhecido o espaço de pertinência de uma da outra, e é fixado com exatidão o limite entre estes dois espaços.

A administração gere um espaço que é o mínimo necessário para fazer funcionar o conjunto da cidade: o necessário para a rede de percursos (ruas, praças, estradas de ferro, etc.) e para a rede das instalações (aqueduto, esgotos, gás, eletricidade, telefone, etc.). [...] A mesma administração, se tiver de utilizar edifícios ou espaços livres de interesse público, mas colocados em alternativa com os usos particulares (escolas, hospitais, jardins), deve comportar-se como um proprietário em concorrência com os outros. [...]

[...]

3) As linhas de limite entre o espaço público e o espaço privado – as frentes para as ruas – bastam para formar o desenho da cidade (BENEVOLO, 2011, p. 574-575).

Além de especificar quais áreas ficam sob a responsabilidade do Estado e quais devem ser ordenadas pelo particular, busca-se estimular a miscigenação entre as classes: como as áreas fora dos muros das cidades antes medievais precisam ser ordenadas, o que eleva o valor das habitações, obriga-se a conservar um quantitativo de residências – precárias – para os trabalhadores menos favorecidos.

Parques públicos são construídos para trazer ao espaço urbano um pouco do campo, que cada vez mais é distanciado daquele, entretanto, o congestionamento nas vias e a crise no setor habitacional são problemas que se agravam com o passar do tempo.

A cidade pós-liberal se sobrepõe à cidade mais antiga, e tende a destruí-la: interpreta as ruas antigas como ruas-corredor, elimina os casos intermediários entre a utilização pública e privada do solo, e sobretudo considera os edifícios como manufaturados intercambiáveis [...]. Mas esta destruição é sempre incompleta: respeitam-se os monumentos principais, as ruas e as praças mais características, porque destas coisas depende em grande parte a qualidade formal da nova cidade. [...] A feiura do ambiente normal aparece irremediável; por isso, a experiência da beleza se torna uma experiência excepcional, e as obras de arte são consideradas uma espécie separada de manufaturados: são fabricadas e julgadas por pessoas especiais [...]. De fato, nos quadros e nas estátuas se concentram as qualidades que faltam no ambiente comum, e pode-se experimentar, intermitentemente, a harmonia que se perdeu dentro do cenário da vida cotidiana (BENEVOLO, 2011, p. 581).

Desliga-se a tecnicidade da arte, e isso se reflete na arquitetura da cidade: os técnicos são previsíveis e cada vez mais especializados em problemas determinados, enquanto que os artistas têm suas escolhas colocadas como não-determinantes. Neste movimento, o que é técnico é realizado de forma mais célere, econômica e controlável.

Assim, busca-se transformar a cidade em uma área geradora de renda imobiliária, e aqueles que lucram com essa manipulação da *urbe*, que passa a ter centros superadensados e periferias esvaziadas, não se preocupam com o resultado ser ineficiente ou mesmo danoso ao espaço construído.

O mecanismo urbano está sempre congestionado, porque os aparelhamentos públicos – ruas, instalações, serviços – são sempre insuficientes, ao passo que a exploração dos terrenos particulares alcança ou supera os máximos fixados pelos regulamentos (BENEVOLO, 2011, p. 589).

Em última análise, desde a Revolução Industrial o ambiente urbano sofre com a falta de planejamento e de preparo para receber e acomodar adequadamente a população

urbana. Mesmo quando o Estado se torna capaz para regulamentar as construções e cuidar de áreas específicas que ficam sob sua tutela, não é robusto o suficiente para superar a força inerente ao objetivo de todo e qualquer procedimento industrial: garantir o lucro.

As classes economicamente dominantes não querem ocupar as mesmas áreas que os desfavorecidos, e os espaços públicos construídos e recuperados não atuam como outrora, como área de integração entre os diferentes elementos da sociedade.

[...] de fato, as dificuldades da vida urbana oneram de modo mais pesado as classes mais fracas, e a cidade se torna um grande aparato discriminante, que confirma o domínio das classes mais fortes. A burguesia toda tem interesse em privilegiar seu setor afastado, para tornar automático este seu aparato: cuidando de seus interesses, a propriedade imobiliária defende os interesses gerais da classe dominante (BENEVOLO, 2011, p. 589).

Paris se destaca na busca por uma solução para modificar este espaço: promulga uma legislação sobre expropriação, em 1840, e uma lei sanitária, em 1850. Desses atos, apesar dos altos custos, decorrem as seguintes alterações:

- a) as novas ruas traçadas no conjunto habitacional existente e na faixa periférica. [...] Haussmann abre 95 quilômetros de novas ruas, que cortam em todos os sentidos o organismo medieval e fazem desaparecer 50 quilômetros de ruas antigas. Esta rede viária – que compreende as avenidas barrocas e as insere num conjunto coerente – prolonga-se na periferia, onde Haussmann abre outros 70 quilômetros de ruas;
- b) os novos serviços primários: o aqueduto, o esgoto, a instalação da iluminação à gás, a rede de transportes públicos com os ônibus puxados a cavalo;
- c) os novos serviços secundários: as escolas, os hospitais, os colégios, os quartéis, as prisões, e sobretudo os parques públicos: o Bois de Boulogne, a oeste da cidade e o Bois de Vincennes, a leste;
- d) a nova estrutura administrativa da cidade [...]. A cidade se estende, assim, às fortificações externas (para um total de 8.750 hectares) e é dividida em 20 distritos – arrondissements – parcialmente autônomos (BENEVOLO, 2011, p. 593).



Figura 23: Paris.

À esquerda, as vias estreitas e com calçadas quase inexistentes, antes da intervenção de Haussmann²⁶. Ao centro, a *Avenue de L'Opera* durante as obras²⁷. À direita, a *Avenue de L'Opera* após as alterações promovidas por Haussmann²⁸.

As vias voltam a trazer regularidade à malha urbana, sempre com uma edificação importante como pano de fundo; teatros e salões são construídos com baixa capacidade, destacando seu público do restante da sociedade – uma característica do capitalismo; vias públicas e calçadas consolidam-se como espaços de mistura, de circulação, onde todos se encontram: a cidade é, de fato, um ambiente contraditório.

Busca-se “higienizar” o espaço da cidade para que essa promova melhor qualidade de vida, facilitando a circulação das pessoas. Com a difusão do automóvel individual e das estradas de ferro, nas cidades americanas, a periferia expande-se em pequenas casas unifamiliares. Os centros urbanos substituem casas por arranha-céus, intensificando a aglomeração de pessoas na *urbe*.

Mesmo que se tente rearranjar o ambiente urbano através de novas composições, com inserção de parques públicos e uma rede de ruas ampliada, verifica-se que o modelo de tabuleiro não é flexível às mudanças propostas.

Com a consolidação do sistema industrial de produção de bens e o capitalismo regendo o sistema econômico, os espaços urbanos da época não conseguem refletir o desejo de plena organização espacial em virtude da estratificação social resultante da desigualdade econômica.

2.3.10. As cidades modernas

A nova estética urbana decorre dos avanços tecnológicos, especialmente no que refere aos métodos construtivos. A leveza e resistência das estruturas em aço permitem torres cada vez mais altas, pontes mais longas e estruturas que reduzem o número de suportes.

²⁶ Fonte: <<http://www.museumofthecity.org/wp-content/uploads/2013/08/11.jpg>>. Acesso em 29.09.2015.

²⁷ Fonte: <<http://www.museumofthecity.org/wp-content/uploads/2013/08/13.jpg>>. Acesso em 29.09.2015.

²⁸ Fonte: <<http://www.museumofthecity.org/wp-content/uploads/2013/08/111.jpg>>. Acesso em 29.09.2015

Como bem destaca Benevolo (2011, p. 616), os novos elementos de infraestrutura urbana (gás, telefonia, transportes públicos sobre trilhos, eletricidade) disputam caminho nos espaços públicos existentes e insuficientes.

É justamente nesse contexto, no início do século XX, que se instala a Escola de Bauhaus, uma academia de *background* comunista, fechada por ordem do governo nazista. Seus membros, que se espalharam pelo mundo em fuga ao nazismo, influenciaram a arquitetura e o urbanismo em diversas partes do globo.

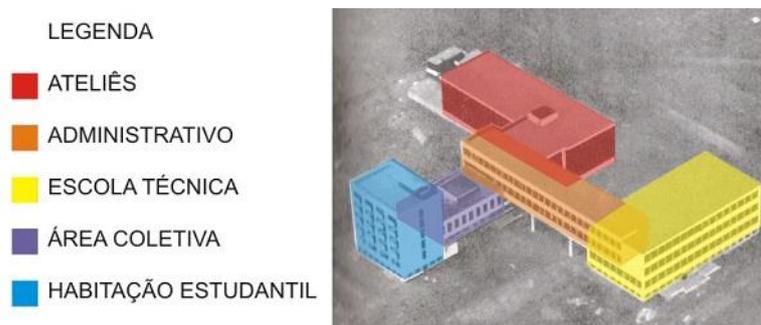


Figura 24: Escola de Bauhaus²⁹.

A edificação da instituição era segmentada conforme os usos, um reflexo de suas ideias.

No Brasil, sua influência foi sentida através das obras de Oscar Niemeyer, arquiteto responsável pelas edificações brasileiras nos anos 50, sobrepostas ao plano piloto de Lúcio Costa, um projeto urbanístico igualmente influenciado por Bauhaus.

Benevolo (2011, p. 630) destaca o pensamento de Le Corbusier, para quem o espaço urbano é reduto onde ocorrem funções sociais sobrepostas: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito. Nessa esteira, tanto as residências ganham espaço de destaque quanto os espaços públicos:

As atividades recreativas são reavaliadas, e requerem espaços livres apropriados, esparsos por toda a parte da cidade [...]; estes espaços verdes – que na cidade burguesa são ilhas separadas num tecido construído compacto – devem formar um espaço único, onde todos os outros elementos resultem livremente distribuídos: a cidade se torna um parque aparelhado para as várias funções da vida urbana (BENEVOLO, 2011, p. 631).

Desse modo, busca-se a retomada do equilíbrio entre o ambiente campestre a área impermeável do meio urbano. A chave, para os arquitetos modernistas, estava, como bem cita Benevolo (2011, p. 631), na “reconquista do controle público sobre todo o espaço da cidade”.

²⁹ Fonte: <<https://luduarte.files.wordpress.com/2012/11/bauhaus-6.jpg>>. Acesso em 19.11.2015.

Também é revisto o desenho das vias urbanas. Busca-se adaptar as ruas e avenidas existentes aos meios de transporte, criando, contudo, uma separação clara entre o espaço que é atribuído à circulação de veículos automotores – velozes e lentos, aos pedestres e aos ciclistas.



Figura 25: Exemplo de um Corte Esquemático de uma via urbana³⁰.

As estreitas vias onde circulavam pedestres e veículos foram transformadas. O mundo moderno exige uma via capaz de designar vias específicas para cada tipo de transporte, o que garante maior segurança no trânsito e maior conforto urbano.

Percebe-se, assim, que o adequado funcionamento do espaço urbano para as atividades humanas é o objetivo central. A formulação de elementos padronizados auxilia no acelerado ritmo de construção, e só precisam ser adaptados quando assim exigir o caso específico.

Do ponto de vista de uma residência, esse raciocínio é utilizado para os objetos que a compõem; observando-se a partir da perspectiva do desenho urbano, toma-se a moradia como sendo o elemento fundamental.

[...] a moradia é o elemento que interessa aos habitantes, e aceitando a moradia como ponto de partida, a arquitetura moderna se propõe reconstruir a cidade segundo as exigências dos habitantes, em vez de seguir as dos proprietários e dos funcionários (BENÉVOLO, 2011, p. 537).

No entorno dessa unidade essencial instalam-se as necessidades secundárias dos habitantes: as padarias, farmácias, escolas, lojas, praças, ruas. O projeto urbanístico de Brasília, que toma partido das superquadras, aplica justamente essa lógica urbana para reduzir

³⁰ Fonte:

<http://www.aracaju.se.gov.br/thumb/cache/phpThumb_cache_www.aracaju.se.gov.br_srca7250948fe42b5667c0bb18bceea319f_parbff0ab9012c9c3524b231e23d62711a2_dat1345221014.jpeg>. Acesso em 19.11.2015.

a frequência com se utiliza o veículo automotor, afinal, as primeiras necessidades dos habitantes estariam atendidas pelo alcance de uma curta caminhada.

Cumprido destacar que, apesar da existência das superquadras, a cidade brasiliense também provê largas avenidas para a circulação dos carros, o que promove a circulação dos indivíduos ao longo da extensão inteira da *urbe*.

Desse modo, todos os elementos da cidade (os serviços de diversos graus, as áreas de recreação, as ruas, os estacionamentos, e também os equipamentos de produção) podem ser colocados numa relação exata com as casas, e a estrutura urbana pode tornar-se – segundo a hipótese de partida – verdadeiramente subordinada à residência (BENÉVOLO, 2011, p. 644).

Um problema que pode, desde logo, ser percebido é a segregação especial resultante desse quebra-cabeças urbano. As superquadras podem atuar como elementos de isolamento, restringindo a fluidez urbana; por um lado, os vínculos sociais existentes naquele grupo de habitantes são, em tese, fortalecidos, entretanto, não se pode dizer que ocorre o mesmo com relação àquela sociedade urbana como um todo.

2.3.11. Os espaços urbanos contemporâneos

A ONU indica que mais da metade da população mundial vive, atualmente, em áreas urbanizadas. Há uma dificuldade, pelo caráter célere da vida contemporânea, em se fazer intervenções na malha urbana.

Assim, apesar de os projetos urbanísticos serem concebidos para atingir uma boa porção do solo urbano, a maioria das obras são realizadas em etapas, interditando-se trechos de ruas por vez.

Essa dificuldade influi na capacidade e na velocidade das transformações do ambiente urbano, que é caracterizado, em quase todas as cidades do mundo, pela segregação social e espacial.



Figura 26: Paraisópolis, São Paulo.
A segregação social e espacial reflete-se no espaço urbano³¹.

No caso brasileiro, mesmo com o esforço em criar normas regulamentadoras do crescimento urbano, o poder público tem dificuldade em fazer valer tais regras. A Lei Federal n. 6.766/1979, apesar de disciplinar o parcelamento do solo urbano, prevendo, inclusive, a entrega de titularidade aos municípios do remanescente de loteamento³², não é instrumento suficiente ao adequado cumprimento de suas determinações.

Os espaços públicos decorrentes do remanescente de loteamento nem sempre são efetivados, já que a maioria dos loteamentos é de data anterior à da citada Lei, ou mesmo porque uma grande quantidade desses loteamentos não foi, de fato, implantada na realidade, existindo apenas como ficção nas Certidões dos Cartórios de Registros Gerais de Imóveis e em plantas aprovadas nas mapotecas dos órgãos competentes municipais.

O esforço dos poderes públicos municipais em desenvolver e implementar um Plano Diretor e Legislação que regulamente o Uso e a Ocupação do Solo não é visível no espaço construído. Apesar da instituição de zonas urbanas, o que determina o local de maior adensamento é o interesse econômico, que atribui a certos espaços o caráter de “nobre”.

Mas este desenvolvimento leva em quase toda a parte a resultados muito diferentes: os edifícios projetados pelos arquitetos e em conformidade com os regulamentos, as cidades disciplinadas pelos planos urbanísticos e providas com os serviços públicos, as ruas, os parques, etc., dizem respeito somente a uma parte da população; outra parte não está em condição de se

³¹ Fonte:

<https://denisetubal.files.wordpress.com/2009/10/paraisopolis_foto_de_tuca_vieira_livro_as_cidades_do_brasil.jpg>. Acesso em 19.11.2015.

³² Remanescente de loteamento é termo utilizado para definir uma porcentagem da área total do loteamento que deve ser destinada à implementação de vias de circulação, de praças e outros espaços que abriguem instalações de uso público.

servir deles, e se organiza por sua própria conta em outros estabelecimentos irregulares, muitas vezes em contato direto com os regulares mas nitidamente distintos: o terreno é ocupado sem um título jurídico, as casas são construídas com recursos próprios, os serviços faltam ou são introduzidos a seguir, com critérios totalmente diversos daquelas que valem para o resto da cidade (BENEVOLO, 2011, p. 703).

Percebe-se, nessa esteira, que as periferias são caracterizadas por serem espaços considerados perigosos. De fato, são áreas desordenadas e com escassez de espaços públicos de qualidade. As vias são estreitas, criadas pela própria população conforme a necessidade da comunidade.

Já os espaços regularizados – ou regularizáveis – perante a legislação, e reconhecidos pelo mercado imobiliário como áreas aptas à especulação, possuem um conjunto de vias onde é possível transitar utilizando-se de diversos modais (ônibus, táxis, carros particulares, bicicletas, motocicletas, etc.) e áreas de convivência de melhor qualidade.

Apesar de ocuparem um mesmo espaço urbano, as populações dessas áreas dificilmente podem ser consideradas uma comunidade, já que em pouca medida são implementados espaços de convivência capazes de, mesmo que por momentos específicos, fazer esquecer as divergências sociais e culturais dessas diferentes sociedades.

A cidade deveria ser reorganizada, reservando aos bairros espontânea antes as posições melhores que as piores; a rede das comunicações deveria ser modificada, dando prioridade mais aos percursos para pedestres e aos transportes públicos, lentos e difundidos por toda parte, que aos transportes privados e velozes e concentrados nas autoestradas (BENEVOLO, 2011, p. 726).

Cabe destacar, como característica primeira dos espaços urbanos contemporâneos, o grande adensamento populacional, fruto das edificações cada vez mais altas e de unidades habitacionais cada vez menores. A vida urbana contemporânea não mais tem por unidade essencial as residências, agora construídas apenas para atender demandas essenciais da fisiologia humana.

As vias urbanas, nesse contexto, são reduzidas à mera qualidade de área de trânsito: o único modo de sair do ponto “a” e chegar ao ponto “b”, locais esses onde efetivamente se desenvolve a vida urbana, o que não quer dizer, contudo, que é uma vida em comunidade.

Historicamente, no Ocidente, vimos a piazza como um espaço crítico para o uso público. Hoje, por todas essas tendências de desurbanização e o crescimento da desigualdade, vejo as ruas da cidade como um espaço urbano fundamental para o uso público. As ruas precisam ser diferenciadas daquela clássica noção europeia de espaços mais ritualizados para a atividade pública, com a praça e o bulevar como instâncias mais emblemáticas. O espaço das ruas, que obviamente inclui praças e qualquer espaço aberto disponível, é mais cru e menos ritualizado. A rua pode, assim, ser concebida como um espaço no qual novas formas sociais e políticas podem ser construídas, em vez de um espaço que decreta rotinas ritualizadas, como as piazza (SASSEN, 2013).

Parques e praças resistem, ainda, apesar de todas as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas ao longo da história da humanidade, funcionando como verdadeiro palco para a vida social da cidade.

Em todo caso, percebe-se que disposição dos espaços públicos e das vias na cidade ao longo da história é um fenômeno necessariamente decorrente da forma como vive a população, de suas ideologias, do sistema econômico vigente e de como os líderes exercem o seu poder sobre a cidade.

3. ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS: VÍNCULOS SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO

Cumprir iniciar esse capítulo destacando e esclarecendo o necessário corte teórico realizado no que refere à teoria da Escola de Chicago, que é uma escola criminológica constituída por diversos pesquisadores, a exemplo de Robert E. Park, Ernest Burgess, William I. Thomas, Florian Znaniecki e Erving Goffman. Debruçando-se sobre a sociologia urbana e a criminologia, cada membro desenvolveu sua própria pesquisa, contribuindo para a formação de um corpo teórico próprio da Escola de Chicago.

Apesar de todos os trabalhos desenvolvidos e publicados possuírem sua importância, a presente pesquisa utilizou-se de apenas alguns trechos desse vasto arcabouço teórico. Essa seleção é resultado da busca pelos temas mais pertinentes para o melhor desenvolvimento da hipótese estabelecida.

Nessa esteira, considerou-se mais apropriado ventilar a questão do anonimato, o problema da migração campo-cidade, e, ainda, os conceitos de desorganização social no espaço urbano e ecologia humana.

Cabe salientar, como bem afirma Eufrásio (2013, p. 95), que o próprio conceito de ecologia humana possui diversas abordagens, entretanto, para este trabalho apresentou-se como mais congruente o aproveitamento da definição formulada por Park & Burgess (1921) em obra intitulada *Introduction to the Science of Sociology*, já que se destaca a necessidade de adaptação do homem ao seu *habitat*, um espaço que agora ele mesmo constrói: as cidades.

Ao delimitar os elementos da Escola de Chicago que se demonstraram mais acertados para a presente pesquisa, evitou-se a fuga ao tema e o desnecessário prolongamento da análise que envolve a referida escola criminológica.

O mesmo recorte foi realizado para a Teoria da Anomia, onde optou-se pelo foco na teoria de Durkheim, uma vez que o autor, criador da referida teoria, trabalha com importantes conceitos, como os de densidade dinâmica, estado de anomia, consciência coletiva e solidariedade social.

3.1. A Escola de Chicago

Em meados do século XIX, nos Estados Unidos, com a consolidação da burguesia industrial, financeira e comercial e com a expansão da classe trabalhadora, os grandes centros urbanos tornaram-se cada vez mais dinâmicos e complexos, recebendo emigrantes das áreas rurais e de outras cidades menores.

Nesse cenário, surge a Universidade de Chicago, criada em 1890 (recebeu seus primeiros alunos apenas em 1892) por William Rainey Harper, antigo professor de Yale, com apoio de John Rockefeller, um importante investidor, empresário e filantropo norte-americano.

A cidade em que estava sediada a Universidade tornou-se o laboratório sobre a qual recaíram as pesquisas da academia, já que possuía dos mais acelerados desenvolvimentos urbanístico, econômico e financeiro à época, com acentuado crescimento populacional.

Além disso, Shecaira (2013, p. 131) observa que a cidade se situava num entroncamento de linhas ferroviárias que seguiam para o Oeste, servindo como centro comercial. Com a chegada de imigrantes estrangeiros em busca de trabalho e o repentino crescimento, a cidade, “que se expande em círculos do centro para a periferia, cria graves problemas sociais, trabalhistas, familiares, morais e culturais que se traduzem em um fermento conflituoso, potencializador da criminalidade” (SHECAIRA, 2013, p. 131).

Com esse contexto conturbado no qual estava imersa, a Escola de Chicago desenvolve e trabalha com o conceito sociológico de ecologia humana. Eufrásio (2013, p. 103) leciona que *Park & Burgess* entendem ecologia humana como sendo o processo de concorrência entre os quatro grandes tipos de interação: competição, conflito, acomodação e assimilação.

Nessa inteligência, a competição é uma forma de interação humana que não requer contato entre os indivíduos competidores, entretanto, pode ser um processo tornado complexo em virtude da influência de outros processos, ou seja, a competição pode ser complicada pelo conflito, pela acomodação ou pela assimilação. O contato entre os indivíduos é essencial no conflito, que compreende uma forma de batalha entre dois ou mais indivíduos para que se atinja um objetivo comum.

O termo adaptação deriva da teoria darwiniana da evolução das espécies, assim, mesmo que tenhamos várias pessoas provenientes de um mesmo grupo biológico, estas nunca serão iguais, desse modo, os indivíduos que melhor se amoldam às condições do ambiente, sobrevivem e prosperam, enquanto os demais perecem. Por fim, temos a acomodação, uma etapa pós-conflito que expressa o equilíbrio econômico e social a ser transmitido às futuras gerações através das tradições.

Bem pondera Eufrásio (2013, p. 109), ao afirmar que:

Na *ecologia humana*, particularmente no mundo moderno, o fator da tecnologia se torna um fator de principal importância. O ambiente ecológico

dos seres humanos é feito pelo homem. A urbanização, do ponto de vista da ecologia, pode ser considerada como a adaptação das pessoas umas às outras, em face do esquema físico das ruas, dos meios de transporte rápido, dos serviços públicos, dos arranha-céus de apartamentos, dos novos meios de comunicação, etc.

O conflito, a competição, a adaptação e a acomodação são processos sociais intensificados no meio urbano em virtude da proximidade física entre as pessoas (segregação especial) e pela fragmentação social inerente ao capitalismo industrial.

Considerando justamente essa segregação social e espacial é que a Escola de Chicago postula por uma postura preventiva dos delitos, dando relevo ao envolvimento dos habitantes daquela comunidade para que sejam dirimidos os problemas criminais.

Dentre os conceitos de comunidade enunciados por Burgess (1984, 144-146), importa destacar, para esta pesquisa, a *comunidade ecológica*, que é vista da perspectiva do espaço em que se situa e do movimento que promove. Importa dizer, portanto, que o ser humano é influenciado pelo espaço em que se situa, assim como possui poder de ingerência nesse entorno imediato.

Eufrásio (2013, p. 111) ressalta que o espaço onde está localizada a comunidade influencia sua organização sob certos aspectos: distribuição de seus habitantes sobre o território; tipos e frequência de movimentos; separação e classificação das famílias e grupos em áreas diversas de ocupação; impedimento ou dificuldade de acesso a certas localidades.

Nas cidades modernas e contemporâneas, é clara a segregação especial do meio urbano, um fato derivado da estratificação social. Burgess (1984, p. 145), apesar de questionar o *quantum*, afirma que “as distâncias geográficas dentro ou fora da comunidade simbolizam distâncias sociais”.

Apesar da existência de diversos meios de transporte, há o distanciamento dos indivíduos pertencentes a uma mesma circunscrição urbana também porque o próprio meio urbano é um fator causador da perda de relações de interação: uma consequência direta do anonimato, algo próprio das grandes cidades.

Mesmo considerando que a estrutura física das cidades é alterada pelas demandas de seus cidadãos (ou seja, em tese, se uma comunidade verifica um incômodo, poderá atuar de forma a evitar sua perpetuação), Shecaira (2013, p. 140) traz o problema da migração aldeia-cidade como um momento delicado, que altera profundamente o caráter de identidade de cada indivíduo:

[...] em contrastes com a vida na aldeia, a vida do campo, em que o *locus* humano é a própria casa. [...] As diferentes formas de adaptação das pessoas à cidade tem uma mesma consequência e resultado: a implicação moral e social das pessoas em um permanente processo interativo com a cidade. Nas grandes cidades cria-se um permanente anonimato.

Destaca o autor, ainda, que, mal administrado, esse anonimato pode deixar de ser positivo (promotor de liberdade e estimulador de uma postura pessoal) para transformar-se em elemento alienador e isolador.

Para que o cidadão urbano não atue de forma segmentada e individualista, é essencial que compreenda que é um coabitante de um espaço construído, buscando constituir e manter laços com sua vizinhança.

O impasse que aqui se impõe é que a área urbana deixa de “ser um espaço público na medida em que se abstém de disciplinar o encontro, impedindo-o. A cidade não regula a interação, mas cria obstáculos a ela, promovendo exclusão e inclusão” (SHECAIRA, 2013, p. 146).

O valor da vizinhança, que corresponde, para Shecaira (2013, p. 141), a “uma unidade social” aqui se apresenta. No entanto, difere do significado que possui em áreas rurais ou em pequenas comunidades, onde é mais intenso, atuando na qualidade de mecanismo de *polícia natural*.

Cumpre mencionar que este conceito de vigilância natural é mais tarde explorado por C. Ray Jeffery (1971), que tomou por base as ideias da Escola de Chicago ao desenvolver um método de prevenção de delito denominado *Crime Prevention Through Environmental Design* – CPTED (Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano, em tradução livre).

O CPTED é constituído de um conjunto de técnicas que aproveitam elementos arquitetônicos da cidade para dificultar a prática criminosa pela vigilância informal, construindo, portanto, um ambiente menos convidativo através da aplicação de quatro princípios: vigilância natural, controle natural de acesso, reforço territorial, manutenção e administração.

Freitas (2002, p. 111) destaca que Oscar Newman, arquiteto e urbanista de Nova Iorque, utilizando os fundamentos do CPTED, desenvolveu a ideia de *espaço defensível*, ou seja, o espaço físico seria capaz de despertar nas pessoas sentimentos de territorialidade, de proteção e guarda, prevenindo a ocorrência de delitos através da autovigilância.

O espaço físico precisa estar integrado à ordem moral de cada cidade, gerando uma relação diferenciada, uma “alma coletiva”, termo utilizado por Shecaira (2013, p. 145) ao

trazer à baila, a psicologia das massas de Freud que cita Le Bon (1905, p. 19, em tradução livre):

[...] quaisquer que sejam os indivíduos que compõem a multidão, seus gêneros de vida, suas ocupações, caráter, inteligência; o simples fato de estarem transformados em uma multidão os dota de uma espécie de alma coletiva. Esta alma os faz sentir, pensar e agir de uma maneira por completo distinta de como sentiriam, pensariam e agiriam cada um deles isoladamente.

Em uma abordagem preventiva, a Escola de Chicago destaca o papel da vizinhança na criação dessa alma coletiva, na manutenção da organização social. Shecaira (2013, p 147) releva que no espaço urbano, onde as transformações são céleres e profundas, há a perda do papel de controle informal social exercido pela vizinhança. Pondera, ainda, o autor, que “isso debilita os vínculos que mantinham as pessoas nas pequenas cidades, o que dá origem a um fator potencializador da criminalidade”.

Esse fenômeno acontece, para Shecaira (2013, p. 147), porque há a ruptura do vínculo dos indivíduos com sua comunidade de origem (onde era eficaz o controle social informal, vez a comunidade é capaz de impor uma sanção moral ao delinquente) e o desfazimento das inibições individuais pela influência do ambiente urbano.

Ao sair de sua comunidade, o indivíduo se liberta da vigilância natural ao qual estava submetido e, ao inserir-se em uma nova sociedade, complexa e com limitações morais dispersas, é influenciado por uma série de conflitos interiores que envolvem os valores e tradições que possui, além dos sentimentos de perda pessoal.

É possível atribuir essa perda de identidade, que persiste durante toda a permanência do indivíduo nesse espaço urbano, à falta de conexão com o novo grupo social do qual faz parte. Não é sem razão que Shecaira (2013, p. 148) destaca que “os índices mais preocupantes de criminalidade são encontrados naquelas áreas da cidade onde o nível de desorganização social é maior”.

Essa desorganização social é espelho da falta de estrutura e interações entre os membros da sociedade, e isso reflete também no espaço urbano: áreas sem infraestrutura, fisicamente degradadas.

A ecologia criminal trabalhada pela Escola de Chicago propõe, como solução, a junção de “esforços para reconstituir a solidariedade social e aproximar os homens no controle da criminalidade” (SHECAIRA, 2013, p. 151) através da utilização da vizinhança na

qualidade de unidade de operação, ou seja, é a partir da observação da vizinhança que se promoverá a recuperação espacial e social da comunidade urbana.

Cientistas da criminologia desenvolvem sugestões para a melhoria sanitária das condições de bairros pobres: a criação de centros comunitários que estimulem atividades recreativas e intensificação da formação sociocultural, além da redução da deterioração física dos bairros.

Shecaira (2013, p. 153) destaca, dentre os pensamentos criminológicos mais recentes, o de Gemma Marotta³³, que indica a conscientização da comunidade através da apresentação de áreas comuns (jardins, recuos das casas) na qualidade de áreas comunitárias, dignas da proteção de todos, além de sugerir que se dê maior visibilidade e iluminação às áreas consideradas ocultas, mais propensas ao delito. Dar àquele grupo um espaço urbano de domínio comunitário incita a sensação de vida em grupo, fortalecendo vínculos sociais.

O antropólogo brasileiro Luiz Eduardo Soares, então subsecretário de Segurança Pública, é citado por Shecaira (2013, p. 156) ao considerar que “o controle dos espaços pelo Estado e sua integração à ordem urbana exercem efeitos até mesmo sobre a percepção social do risco e a sensação coletiva de insegurança”.

Nesta esteira lógica, Shecaira (2013, p. 157) vai além ao afirmar que “na verdade, ao que parece, somente políticas efetivas de ocupação de espaços públicos por parte do Estado é que podem produzir consequências significativas no âmbito da criminalidade. ”

As intervenções no espaço urbano como forma de prevenir a ocorrência de crimes, tão estimuladas pela Escola de Chicago, não poderão ser devidamente aplicadas, contudo, sem a prévia execução de um minucioso planejamento.

Esse processo deve iniciar-se sempre pelo estudo das circunstâncias peculiares de cada vizinhança, conhecendo-se a fundo as condições a que estão submetidos os espaços urbanos e também as comunidades que os habitam. Nessa toada, não se faz suficiente, apesar de importante, a mera análise de dados, desvinculados daquele estudo já mencionado. O estudo deve recair sobre e servirá apenas àquela comunidade.

3.2. Teoria da Anomia

A Teoria da Anomia é desenvolvida por Émile Durkheim (1858-1917) e posteriormente retomada por Robert K. Merton (1910-2003). É inserida no rol de teorias

³³ Gemma Marotta é graduada em Direito e em Psicologia e atualmente é Professora na Universidade de Roma, onde leciona as disciplinas de Criminologia da Faculdade de Direito.

funcionalistas, originando, conforme indica Baratta (2014, p. 59), uma virada na criminologia, que se pautava pelas diferenças biológicas e caracterológicas para explicar o crime e seu autor.

Shecaira (2013, p. 187), destaca que a teoria da anomia, de cunho funcionalista, se preocupa com a estrutura social e considera a sociedade como um conjunto orgânico, de articulação interna, onde há um perfeito funcionamento de seus vários componentes.

Quando essa sociedade entra em estado de anomia, significa que não existe um sistema de regras de conduta aplicável, pois o sistema anteriormente vigente deixou de ser tomado como padrão de comportamento, e não há, ainda, um novo sistema de condutas que tenha sido absorvido pela sociedade.

Durkheim (1999, p. VII) afirma que “é a esse estado de anomia que devem ser atribuídos [...] os conflitos incessantemente renascentes e as desordens de todo tipo de que o mundo econômico nos dá o triste espetáculo”.

Para que a sociedade esteja em fluido e pleno funcionamento, é necessário que todos os indivíduos que compõem uma mesma comunidade estejam em acordo quanto às normas sociais que a regem, alcançando o que Durkheim (1999, p. 50) intitula de *consciência coletiva*, ou seja:

Um conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade formando um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum (DURKHEIM, 1999, p. 50).

Destaca Shecaira (2013, p. 189), que essa *consciência coletiva* atravessa as gerações, independento, portanto, das “condições particulares em que os indivíduos estão colocados”. Quanto mais forte apresentar-se essa consciência coletiva, mais forte é o equilíbrio social dela decorrente.

A consciência comum, por ter caráter coercitivo e por reproduzir um padrão específico de comportamento, é capaz de gerar uma moral aceita naquela comunidade, um código disciplinar que influencia diretamente as consciências individuais, mantendo-as no conjunto de atos aceitáveis pela consciência comum.

Ela é, ainda, “uma resultante da vida comum, um produto das ações e das reações entre as consciências individuais; e se ressoa em cada uma delas [...]” (DURKHEIM, 2011, p. 37). Apesar de as consciências coletiva e individual serem interdependentes, são capazes de

produzir fenômenos distintos: a consciência coletiva, depois de constituída, ganha vida, e exprime-se através da figura da autoridade.

Essa autoridade constitui um ente autônomo, capaz de influenciar a vida em sociedade através da produção de movimentos próprios, já que ferir a autoridade é ferir a consciência coletiva que aquela protege.

Dado que a autoridade perante a qual o indivíduo se inclina quando age, sente ou pensa socialmente, domina-o até esse ponto, é porque é um produto de forças que o ultrapassam e que, por consequência, não pode apreciar. [...] É que um todo não é idêntico à soma das suas partes; é algo diferente cujas propriedades diferem das que revelam as partes de que é composto (DURKHEIM, 2011, p. 114-115).

Para Durkheim (2011, p. 118), as sociedades assim se compõem porque o homem tem uma “tendência para a sociabilidade [...] um produto da vida social que lentamente *se* organizou em nós, por que é um fato de observação que os animais são ou não sociáveis conforme as disposições dos seus *habitats* os obrigam à vida em comum ou os afastam dela”, o que exige que as consciências – individuais e coletiva – se combinem de um certo modo para que dela resulte o equilíbrio conquistável quando há vida em comunidade.

Durkheim (2011, p. 131) analisa, ainda, o *espírito de disciplina*, entendido pela sociologia como condição basilar para a vida em comum; para o autor, o fato social é uma força natural que submete o indivíduo de forma voluntária, ou seja, a mera conscientização deste indivíduo de seu estado de dependência natural é suficiente para tal submissão.

Observando a evolução das sociedades na história, Durkheim (2011, p. 118) afirma que essa coesão social, necessária à manutenção do sistema social equilibrado, vem sendo desconstruída. Isso porque no meio social urbano as pessoas perdem o que o autor denomina de *densidade dinâmica*, apesar de se ganhar *densidade material*.

A *densidade dinâmica* é auferida através “do número de indivíduos que efetivamente têm relações, não só comerciais, mas também morais, isto é, que não só trocam serviços ou fazem concorrência entre si, mas também vivem uma vida comum” (DURKHEIM, 2011, p. 123).

Já a *densidade material* é representada pelo “desenvolvimento das vias de comunicação e de transmissão. [...]. As estradas, as linhas de caminho de ferro, etc., podem servir mais para o desenvolvimento dos negócios que para a fusão das populações [...]” (DURKHEIM, 2011, p. 123-124)

Nessa esteira, uma sociedade equilibrada depende do desenvolvimento da *densidade dinâmica*, e não tanto da expansão da *densidade material*, vez que aquele é um elemento capaz de fortalecer a coesão social e, por conseguinte, garantir maior estabilidade à consciência coletiva de uma dada comunidade.

Ressalte-se que uma sociedade equilibrada, na visão desse autor, não é, em absoluto, uma comunidade onde não ocorrem delitos. Pelo contrário, o delito não é um fenômeno patológico, mas um fenômeno normal.

[...] o crime toma formas anormais; é o que acontece quando, por exemplo, atinge uma taxa exagerada [...] este excesso é mórbido. O que é normal é simplesmente que exista uma criminalidade, contanto que atinja e não ultrapasse, para cada tipo social, um certo nível que talvez não seja impossível fixar de acordo com as regras precedentes (DURKHEIM, 2011, p. 83).

Se estamos diante de uma ocorrência equilibrada de delitos, estamos, em verdade, ante uma sociedade saudável. Para o autor, é impossível a existência de uma sociedade onde nunca ocorram delitos.

O delito é aqui considerado como todo e qualquer ato capaz de ferir a autoridade – que representa a consciência coletiva – ou os indivíduos, desde que sejam atingidos sentimentos coletivos, de contornos bem definidos e protegidos por aquela mesma consciência coletiva.

Os atos criminosos, para Durkheim (2011, p. 86), atuam na evolução da própria consciência comum, pois preparam a sociedade para mudanças nas diretrizes que orientam aquele corpo social.

Onde ele existe, não só os sentimentos coletivos estão no estado de maleabilidade necessária para tomar uma nova forma, como também contribui, por vezes, para predeterminar a forma que estes tomarão. Quantas vezes, com efeito, não é ele uma simples antecipação da moral futura, um encaminhamento para o porvir! (DURKHEIM, 2011, p. 86).

Nessa lógica, o criminoso pode ser considerado um agente regulador da consciência coletiva. Assim é porque, quando ocorre um crime que atinge essa consciência, os componentes da sociedade afetada percebem um súbito fortalecimento do sentimento de coesão social com o fito de combater esse ato que fere a consciência comum por ela construída.

Portanto, é possível concluir que o criminoso é um agente social capaz de afastar o estado de anomia ao incitar na sociedade a formação de um novo sistema de condutas ou de fortalecer o existente através de reforço à coesão social. Durkheim (1999, p. X), indica que a anomia é um mal que afeta a sociedade, fazendo-a sofrer pela impossibilidade de alcançar justamente essa coesão social, que dá ordem, equilíbrio e regularidade à comunidade.

Assim, o autor considera que “para que a anomia tenha fim, é necessário, portanto, que exista ou que se forme um grupo em que se possa constituir o sistema de regras atualmente inexistente”.

Durkheim (1999, p. 15), alerta para o fato de que o quantitativo de delitos é um indicador da saúde moral de uma determinada comunidade e quanto maior e mais evoluído o centro urbano e industrial, tanto maior é o *quantum* de crimes que se verifica.

Esse aumento na ocorrência de condutas desviantes resulta da escassa solidariedade social, que é o sentimento de empatia e presteza para com aqueles que habitam o mesmo meio urbano, e é, ao mesmo tempo, reflexo e causa da coesão social.

As duas representações tornam-se solidárias porque, sendo indistintas, no todo ou em parte, se confundem e se tornam uma só coisa, e só são solidárias na medida em que se confundem (DURKHEIM, 1999, p. 28).

Seguindo a inteligência do autor, é possível afirmar que quanto mais intensa for a solidariedade social, mais se farão presentes as relações interpessoais naquela comunidade. Importante ressaltar que essas relações efetivadas entre os membros da comunidade podem enfraquecer ou fortalecer o estado de consciência coletiva.

O reflexo da lógica de Durkheim é visível, ainda hoje, nos momentos em que ocorrem manifestações e protestos: além de buscarem adaptação ao *habitat*, procurando por espaços públicos para iniciar ou desenvolver o momento, verifica-se que a proximidade física intensifica o sentimento de comunidade, de solidariedade social e de encontro entre as consciências coletiva e comum.

O autor diferencia, ainda, dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. A primeira se faz mais presente nas sociedades arcaicas, onde o sentimento de pertencimento a uma comunidade é extremamente forte, de forma que não há como se considerar a efetiva existência da individualidade.

Esta última, observada por Durkheim na sociedade moderna, resulta das diferenças existentes entre os seus indivíduos, altamente especializados. Por essa razão é denominada solidariedade orgânica: assim como nossos corpos, cada órgão é especializado

em uma única função, todavia, o conjunto de órgãos funciona de forma mais eficiente justamente em virtude dessa especialização.

Durkheim considera que a solidariedade orgânica, por dar vazão ao sentimento de individualidade, mais contido na solidariedade mecânica, pode acabar por enfraquecer a consciência coletiva.

Isso não quer dizer, de resto, que a consciência comum esteja ameaçada de desaparecer totalmente. Mas ela consiste cada vez mais em maneiras de pensar e de sentir muito gerais e indeterminadas, que deixam o espaço livre para uma multidão crescente de dissidências individuais (DURKHEIM, 1999, p. 155).

Esse enfraquecimento da consciência coletiva fatalmente resulta na redução da solidariedade social e no aumento dos conflitos entre seus componentes, levando, em *ultima ratio*, à anomia.

Esse estado de anomia se manterá ou voltará a acontecer “[...] sempre que os mecanismos institucionais reguladores do bom gerenciamento da sociedade não estiverem cumprindo o seu papel funcional” (SHECAIRA, 2013, p. 191).

Considerando-se que é a ausência de vínculos sociais, com conseqüente enfraquecimento do sentimento de coesão social, que leva o indivíduo a cometer delitos e a atuar de forma autodestrutiva (como ocorre no suicídio), deve-se priorizar ações preventivas, capazes de retomar as referências comunitárias, estimulando a solidariedade social e reestabelecendo o equilíbrio da máquina social.

De fato, o que faz que o indivíduo seja mais ou menos intimamente ligado a seu grupo não é apenas a multiplicidade maior ou menor dos pontos de vinculação, mas também a intensidade variável das forças que o mantêm vinculado a eles (DURKHEIM, 1999, p. 129).

Merton, ao retomar a Teoria da Anomia no início do século XX, trata justamente da necessidade de manutenção dessa estrutura social, composta pela coerência entre as normas e objetivos da comunidade e a capacidade dos membros dessa mesma comunidade em agirem de acordo com tais normas e objetivos (SHECAIRA, 2013, p. 196).

Para Merton (1938, p. 673), existem objetivos socialmente definidos que deveriam ser alcançados através da utilização dos meios (procedimentos) aceitos pela comunidade. Assim, quando os objetivos do indivíduo não são os mesmos que o da comunidade em que está inserido, ou mesmo quando esse membro atinge os objetivos, mas

utilizando-se de meios desviantes, estamos diante de um comportamento antissocial, desviante, o que prejudica a integração da sociedade, dando margem à instauração da anomia.

Não é suficiente, portanto, que se dê atenção apenas à coesão social no que tange os objetivos, os valores de uma comunidade, sendo fundamental que seja ressaltado o sucesso no processo necessário ao atingimento desses objetivos.

Merton identificou cinco formas alternativas de adaptação dos indivíduos à cultura de uma sociedade: conformidade, ritualismo, retraimento, inovação e rebelião (SHECAIRA, 2013, p. 196).

Independentemente de qual desses caminhos é percorrido pelo indivíduo, o autor alerta para a associação da anomia com a ausência de senso de continuidade, de comunidade, de relações mútuas de obrigação.

Ao discorrer acerca das sociedades modernas, Merton (1938, p.681) afirma que deve se buscar o adequado equilíbrio entre os objetivos e os procedimentos legítimos para alcançá-los, facilitando, desse modo, a constituição de uma sociedade com um baixo número de condutas desviantes.

Shecaira (2013, p. 198) destaca, por fim, que “o homem anômico é espiritualmente estéril, reage somente diante de si mesmo e não é responsável para com ninguém. Ele ri dos valores dos outros homens”.

Essencial, portanto, é que uma sociedade não apenas molde seus valores e objetivos comuns, mas que possibilite aos seus membros o acesso aos meios legítimos para que esses objetivos sejam atingidos, ou restará formada uma situação de anomia, levando a comportamentos que se afastam da consciência coletiva, carentes de solidariedade social, e a condutas desviantes que prejudicam a coesão social.

4. ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS COM QUALIDADE DE CONVIVÊNCIA: SEU PAPEL NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

4.1. O que dá aos espaços públicos o caráter de espaço de convivência?

Para que um espaço público urbano seja efetivamente utilizado, exercendo seu papel de área de convívio, de construção e de fortalecimento dos vínculos sociais, atuando como elemento capaz de reduzir a criminalidade, é necessário que reúna algumas características específicas, possuindo alguns elementos que dificultem a iniciativa criminoso naquele local.

É fundamental que tenha, antes de qualquer coisa, a capacidade de se tornar um espaço do qual os cidadãos se apropriem, fomentando o exercício da cidadania, ou seja, não basta que ele seja utilizável, mas que as pessoas criem um vínculo de sensações e de memórias com o próprio espaço físico e desenvolvam ali suas prerrogativas de cidadãos.

Abrigo, sombra, convivência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes da apropriação do espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais (CULLEN, 2010, p. 25).

Um desses elementos é a legibilidade do ambiente urbano, que corresponde à clareza da paisagem da cidade. Para Lynch, (2011, p. 3), “com esses termos, pretendemos indicar a facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente”.

“Ainda que a clareza ou a legibilidade não seja, de modo algum, o único atributo importante de uma bela cidade, é algo que se reveste de uma importância especial quando considerarmos os ambientes na escala urbana de dimensão, tempo e complexidade. Para compreender isso, devemos levar em consideração não apenas a cidade como uma coisa em si, mas a cidade do modo como a percebem seus habitantes” (LYNCH, 2011, p. 3).

Para que o espaço urbano seja considerado legível, pode-se utilizar de diferentes cores, formas, movimentos, iluminação, estimulando diferentes sons e cheiros que auxiliam o usuário do espaço a identificar-se e sentir-se parte daquele espaço, tomando-o por seu.

“Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos

os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles” (LYNCH, 2011, p. 2).

O espaço público urbano só se mantém ativo e vivido quando não é meramente utilizado, mas tomado como espaço familiar, como efetiva propriedade pública, promovendo conforto e acolhimento àqueles que nele se instalam.

O método de prevenção do crime através do desenho urbano (CPTED) indica, inclusive, que os “geradores de atividades”, que são aqueles elementos da cidade capazes de promover a maior movimentação de pessoas em um espaço, estimulando interações positivas.

A ocupação estática, porém, é apenas uma das formas de apropriação do espaço exterior. Uma outra consiste na apropriação pelo movimento [...] (CULLEN, 2010, p. 25).

Não é essencial que a permanência naquele espaço urbano seja prolongada, pois cada tipo de espaço público urbano serve a uma necessidade específica de seu público. Assim, quando temos em mente alguns tipos de áreas – como as calçadas, calçadões, ruas, avenidas – percebemos que esses espaços demonstram seu potencial justamente pela celeridade com que são utilizados.

Esses são espaços que conectam diferentes áreas da urbe, e são utilizados para passagem, encontros rápidos e circulação no espaço construído. É interessante ressaltar que tais espaços urbanos são mais atrativos exatamente quando facilitam o trânsito de diversos modais de transportes e pessoas, sendo essencial que permitam uma fácil legibilidade.

“Sem dúvida, uma imagem clara nos permite uma locomoção mais fácil e rápida: encontrar a casa de um amigo, um policial ou um armarinho. Contudo, um ambiente ordenado pode fazer mais do que isso; pode servir como um vasto sistema de referências, um organizador da atividade, da crença ou do conhecimento. [...] Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele o mundo à sua volta” (LYNCH, 2011, p. 5).

Em contraponto, temos espaços públicos urbanos onde a estada do usuário por um período de tempo mais prolongado é desejada, como ocorre nas praças e nos parques, pois são espaços destinados à contemplação e ao repouso.

É interessante que haja uma variedade entre parques e praças com boa legibilidade, para que sejam utilizados como espaços públicos de estadia semi-prolongada, permitindo ao seu usuário que adente e saia com facilidade, entretanto, é saudável para a

cidade que existam espaços públicos com menor clareza em sua legibilidade, permitindo que o usuário desfrute de experiências sensoriais.

Um espaço público urbano bem projetado deve reunir elementos de estrutura, identidade e significado. Para Lynch (2011, p. 9-10), identidade refere-se à individualização daquele espaço, que deve ser único, singular, que adquirirá significado ao criar ou fortalecer uma relação espacial daquela área com o seu observador ou usuário; por fim, será bem estruturado quando for suficientemente claro de forma a facilitar a atuação do indivíduo naquele ambiente, tornando-se econômico em termos de esforço mental.

Além disso, o bom espaço público urbano disponibiliza-se para apropriação por muitos de seus utilizadores, que dão significados particulares àquela área que lhe convida à permanência e ao retorno.

Para que os delitos sejam prevenidos, também é importante que esses espaços sejam dotados de *alcance visual*: “qualidades que aumentam o âmbito e a penetração da visão, tanto concreta quanto simbolicamente. Estas incluem as transparências, sobreposições, vistas panoramas que aumentam a profundidade de visão [...]. Todas essas qualidades afins facilitam a apreensão de um todo vasto e complexo, e o fazem, por assim dizer, aumentando a eficiência da visão: seu raio de ação, sua penetração e seu poder de resolução” (LYNCH, 2011, p. 119).

Favorecer a visualização do ambiente como um todo permite que as pessoas se utilizem da vigilância natural, ou seja, ocupantes e transeuntes de um local veem e são vistos. A vigilância natural é uma das formas de vigilância, elemento enumerado por diversos autores como eficaz na prevenção de ocorrência de delitos.

Para prevenir o delito, por meio da prevenção situacional, é importante romper com a cadeia que faz com que o delinquente motivado encontre a vítima perfeita e o objeto desejado sem vigilância. Isto TORRENTE resume em três princípios: “incrementar o esforço necessário para cometer um delito, minimizar as recompensas do delito e **aumentar as probabilidades de ser detectado**” [...]

[...]

Como segunda técnica enumera MEDINA ARIZA as medidas que “incrementem o risco percebido” e agrega condutas que tenham por **objetivo principal aumentar o risco de que o delinquente seja surpreendido ou identificado**. Destas fazem parte “o exame de entradas e saída” similar aos controles de acesso ou saída; A vigilância formal através de guardas de segurança privada ou pela polícia, os aparelhos eletrônicos como as câmaras de circuito fechado de televisão; A vigilância por empregados, informal, é aquela exercida por meio de empregados e, por último, diz que favorecer a **vigilância natural que é aquela vigilância que fazem os vizinhos, como também a que fazem os pedestres que circulam pelas áreas próximas**. [...] (DE CARVALHO, 2004).

Beneficiar a visualização do ambiente como um todo permite que as pessoas aproveitem da vigilância de seus pares para desestimular o criminoso que deseja praticar o delito sem que seja detectado, surpreendido durante o ato ilícito.

A iluminação – tanto a natural quanto a artificial – também interfere na maior ou menor propensão ao exercício de condutas não desejadas pela seara penal. Um dos indicadores que demonstram ser eficaz a iluminação em determinado espaço público urbano é justamente a sensação de conforto, estímulo e segurança que provê.

É necessário que se promova uma iluminação artificial que clareie as zonas desejadas sem, contudo, gerar poluição luminosa, atuando como luz intrusiva e indesejada em residências e demais espaços privativos.

Já no que se refere à iluminação natural, deve-se analisar cada caso em particular, aplicando-se métodos de controle da incidência solar, o que pode ser feito através do uso de árvores com folhagens diversas, proporcionando áreas de sombra e de iluminação moderada.

Ressalte-se que também é importante, antes de iniciar um projeto de iluminação de um espaço público urbano, considerar os elementos que o compõem. Por exemplo, as edificações existentes no entorno podem interferir na incidência solar e as cores utilizadas podem gerar maior ou menor reflexividade luminosa.

Em termos luminosos, um recinto urbano é considerado como uma situação que, em consequência da morfologia dos espaços arquitetônicos que o conformam e dos elementos e cores que compõem suas fachadas, gera uma distribuição específica de intensidades luminosas. Descrever essa morfologia significa citar e identificar a pluralidade de elementos que intervêm nessa estrutura arquitetônica determinante do espaço, como, por exemplo, o uso do solo, as características formais e materiais do espaço, o perfil urbano que se esboça dessa forma, o equipamento urbano interveniente e a presença viva da arborização urbana, entre tantos outros. E o incluir a luz natural nessa paisagem implica a avaliação luminosa nos espaços habitáveis, em função dessa morfologia urbana circundante (MASCARÓ, 2013, p. 43).

A arborização de alta e média densidade é considerada confortável principalmente para as calçadas e vias urbanas, especialmente em cidades onde são registradas temperaturas mais elevadas; produzindo áreas de sombreamento mais amplas, as pessoas são convidadas a transitar por meios de transportes diversos dos automotores. Com a maior circulação de pessoas nas vias, há uma maior “densidade” de vigilância natural.

Durante a noite, é importante que a iluminação facilite o reconhecimento de pessoas a uma distância prudente de modo a poder evitar ou adotar medidas defensivas perante uma situação de risco. Por outro, a iluminação é um excelente método dissuasivo para a delinquência e tanto os residentes como

os visitantes valorizam a sensação de segurança que o espaço iluminado proporciona (MASCARÓ, 2013, p. 87).

O mobiliário urbano é fator complementar para que os indivíduos sejam cativados pelo espaço público. O método CPTED indica, por exemplo, que a instalação de “currais de bicicleta³⁴” em áreas onde estacionariam um ou dois carros, suficiente, portanto, para cerca de 20 bicicletas, é capaz de trazer mais consumidores às ruas, promovendo vigilância natural de maior qualidade, reduzindo a oportunidade de roubos.

A disponibilidade de bancos e mesas é determinante para o conforto e capacidade de acolhimento do ambiente urbanizado e de uso público. A existência de lixeiras, a uma quantidade média de passos de distância uma das outras, proporciona sensação de ordem e limpeza no espaço.

Mais importante talvez seja a análise casuística, o estudo do espaço urbano público considerado em si mesmo, levando em consideração o clima da área onde se insere, os usos (residencial, comercial, industrial ou misto) do entorno, eventuais equipamentos públicos próximos existentes (escolas, postos de saúde, etc.), sua finalidade.

O objetivo é que aquele espaço não se transforme em um bloco pré-moldado a ser implantado em uma área, mas sim um projeto que tome por diretrizes as efetivas necessidades do local, provendo-lhe ambiência e usabilidade, capacitando-lhe para ser o cenário para as memórias daquela comunidade urbana.

4.2. A importância da construção e do fortalecimento dos vínculos sociais na redução da criminalidade

Uma sociedade é constituída de indivíduos, seres interdependentes que se inserem em um mesmo grupo social, constituindo uma comunidade. Apesar de essa coexistência ser intrínseca do ser humano, é necessário destacar que não é, em absoluto, pacífica.

Ao nascer, um indivíduo já participa de um grupo determinado: a família. Com o tempo, ele aprende a fortalecer os vínculos que possui com o núcleo familiar, bem como a construir novos vínculos, através da escola, por exemplo.

Durante sua vida, apesar de entrar em contato com diversos grupos sociais distintos, estará comumente inserido em uma única sociedade, aprendendo a interiorizar os

³⁴ Fonte: <<http://www.cpted.net/Resources/Documents/Newsletters/JanMay2012.pdf>>. Acesso em 29.11.2015.

valores por ela acolhidos, dando a esse indivíduo que os acata, a sensação de pertencimento à essa comunidade.

Esses indivíduos possuem, portanto, vínculos sociais firmados e novos vínculos sociais em construção, e evitam a prática de condutas que ferem esses valores socialmente acolhidos para que tais vínculos não sejam danificados ou perdidos.

Ao desenvolver, em 1969, a teoria dos vínculos sociais, onde defende que a ausência de vínculos sociais leva à delinquência, Hirschi (2009, p. 16), afirma que os vínculos sociais são compostos, por quatro elementos.

As conexões interpessoais, primeiro desses elementos, refletem o sentimento de interesse pelo outro. Para Hirsch (2009, p. 17), as pessoas são sensíveis à opinião de seus pares, entretanto, se o indivíduo deixa de possuir conexão com outros indivíduos, fica prejudicada essa sensibilidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de sentimentos de respeito e submissão às figuras de autoridade.

O comprometimento ou vinculação, segundo componente dos vínculos sociais, referem-se ao envolvimento, à dedicação de parte de seu tempo e energia a serem dispendidos em atividades convencionais daquela sociedade em que está inserido o indivíduo. A ausência de compromisso com os valores comuns pode resultar em condutas desviantes que são arriscadas.

A ideia, então, é que a pessoa investiu tempo, energia, nele mesmo, seguindo certa linha de atividades – digamos, obtendo educação, construindo um negócio, adquirindo uma reputação por virtude. Quando ou em qualquer momento em que ele considerar um comportamento desviante, ele deve considerar os custos desse comportamento desviante, o risco que ele corre de perder o investimento que ele fez no comportamento convencional (HIRSCH, 2009, p. 20, em tradução livre).

Outro elemento apresentado pelo autor é a conexão com a sociedade, ou seja, o intenso envolvimento com atividades comunitárias – aqui, leia-se: atividades desenvolvidas na escola, no ambiente familiar, atividades de recreação, por exemplo – reduz o tempo livre do indivíduo para que se envolva em comportamento criminoso. Hirsch (2009, p. 22), analisa este ponto considerando especialmente os adolescentes, que precisam criar vínculos com a comunidade para que se integrem adequadamente à estrutura social.

Por fim, a crença, que não se restringe à crença religiosa, mas abrange, de forma ampla, os valores e a moral comum de uma sociedade. Para Hirsch (2009, p. 23), um homem acredita nos valores e normas socialmente impostos mesmo durante o momento que comete

os atos que afronta esses mesmos valores e normas. Quando os indivíduos compartilham intensamente desses valores com maior intensidade, tendem, contudo, a se afastar da prática atos ilegais.

Esse conjunto de práticas do indivíduo que busca a criação e o fortalecimento de vínculos sociais amolda-se perfeitamente ao afastamento do estado de anomia, anteriormente discutido.

Assim, se o membro de uma comunidade atua no exercício de suas funções, buscando adequar-se ao comportamento socialmente estabelecido, está justamente propenso à manutenção da consciência coletiva, atendendo a moral média daquela comunidade.

Também importa ressaltar que a formação de novos vínculos sociais e a intensificação dos existentes influencia na densidade dinâmica, uma vez que estimula a vida comum, o efetivo relacionamento interpessoal.

Ainda na esteira da teoria de Durkheim, é possível afirmar que a solidariedade social, capaz de consubstanciar um padrão de conduta mais fiel àquela sociedade, é impulsionada pelo fortalecimento dos relacionamentos entre os membros da comunidade, o que reduz a criminalidade pelo equilíbrio da máquina social.

Tomando-se a Escola de Chicago como ponto de referência para essa análise, deve-se considerar também o meio em que essa comunidade está inserida. Se, para Burgess (1984, p. 145), as distâncias sociais estão refletidas no desenho das cidades, esse fato é resultado direto da fragmentação social, fruto do modelo capitalista de economia.

Se fracionamento social e espacial estimulam o individualismo, que promove a atomização moral, esfacelando a consciência coletiva, é essencial, portanto, que o espaço urbano seja repensado e redesenhado para que promova o encontro e a interação entre os membros de uma sociedade.

4.3. Espaços públicos urbanos construindo e fortalecendo vínculos sociais: resultados positivos na redução da criminalidade na América Latina.

Os espaços públicos com qualidade de espaço de convivência atuam como importantes participantes no processo de reordenação social e espacial de áreas urbanas onde há alto índice de criminalidade, auxiliando na redução da ocorrência de crimes pela prevenção. Esse fato decorre da influência que espaços e equipamentos de uso público possuem nos indivíduos que dele fazem uso de algum modo.

Pela teoria das janelas quebradas, comprovado pelo psicólogo de Stanford Philip Zimbardo, em 1969, através de um experimento realizado em Palo Alto e no Bronx, as pessoas tendem a preservar aquilo que expressa bom estado de conservação, influenciando positivamente no desenvolvimento da ordem social. Por outro lado, se os espaços urbanos aparentam abandono e descuido, as chances de novos atos de vandalismo e de estimular outras condutas desviantes crescem proporcionalmente ao dano já consumado.

Desse modo, o planejamento e construção ou reforma de áreas públicas urbanas pode contribuir para a manutenção da ordem social, pois molda positivamente o comportamento das pessoas (VALLS, 2014).

Como bem mencionou Durkheim (2011, p. 118), conforme seja a disposição do *habitat*, este é capaz de impulsionar os indivíduos a participarem da vida comum ou mesmo de afastá-los dessa vida comunitária. Nos espaços urbanos hodiernos temos elementos diversos que fragmentam não apenas o espaço construído, mas estimulam a individualidade, o que reduz a coesão e a solidariedade de em uma determinada comunidade.

É o que se observa quando analisamos o comércio de rua, cada dia mais sendo substituído pelo *shopping center*, que reúne, ainda, as funções de praça e parque infantil. Infelizmente, este não é um ambiente que pode ser considerado como formador e fortalecedor de laços sociais: primeiramente, porque seu público é seletivo, pois possui custos acessíveis apenas à parte da população, o que gera segregação social; em segundo lugar, porque não é capaz de integrar as pessoas ao ambiente urbano, não é uma área que estimula apropriação da cidade pela população que ela habita.

Não é nos *shoppings centers* onde ocorrem os protestos, as manifestações, nem a maior parte da vida diária dos habitantes de uma cidade. Os parques, praças, ruas e mercados são, em verdade, onde acontece a vida urbana no que tange a vida em comunidade.

É a partir da utilização desses locais que as pessoas se sentem efetivamente cidadãos urbanos e é através do exercício da cidadania que os indivíduos mantêm os já aceitos padrões de comportamento, e determinam novas condutas que são ou não aceitáveis para os integrantes daquele grupo, impondo, ainda, sanções morais aos desviantes.

Dando-se a devida atenção à adequada constituição de espaços públicos capazes de construir e fortalecer vínculos sociais, juntamente com outros programas de abordagem social, alguns países da América Latina vêm obtendo sucesso na redução da criminalidade.

Além do papel que desempenham no incentivo ao esporte e à preservação do meio ambiente, espaços públicos e infraestrutura – ruas, edifícios, jardins,

estações de trem, calçadas – estão se tornando aliados da segurança na América Latina, onde, em alguns casos, se conseguiu reduzir a violência em 80% (VALLS, 2014, tradução livre).

A cidade de Bogotá promoveu o estudo especializado de diversas áreas da cidade para identificar com mais precisão os perfis de cada comunidade que ocupava o espaço urbano. Paralelamente, estimulou a formação de vínculos entre o Estado, representado pelos órgãos de defesa social e pelos policiais, e os habitantes da comunidade, aproximando-as.

Constituiu Escolas de Segurança Cidadã, capacitando representantes de cada comunidade para que multiplicassem os conhecimentos, fazendo-os atuar como colaboradores ativos. Como resultado, a própria comunidade passou a atuar ativamente na prevenção à ocorrência de delitos, comunicando atividades delitivas à instituição policial.

Montes (2004, p. 62), afirma que além do programa de prevenção com enfoque social, foi implementado em Bogotá um programa que envolve “o melhoramento das condições e características dos espaços públicos da cidade”. A autora afirma que a renovação de tais espaços influencia na redução das condições que favorecem o cometimento de condutas delitivas.

[...] mudanças urbanísticas consideradas pela Administração Distrital durante o início do século XX, que proporcionaram e promoveram comportamentos cidadãos coletivos, de prevenção e controle do crime (MONTES, 2004, p. 62).

Ainda no tocante ao aspecto físico do espaço urbano, a cidade implementou o sistema de transporte TransMilenio, que utiliza o VLP (veículo leve sobre pneus) transitando por via exclusiva, “que, segundo resultados preliminares de uma avaliação do crime na cidade, realizada pelo Banco Mundial, está contribuindo para reduzir as atividades delitivas nas zonas próximas às estações de ônibus” (VALLS, 2014, tradução livre).

Projetos de redução da criminalidade de sucesso que também consideraram a requalificação dos espaços públicos ocorreram em outras cidades latino-americanas, como Medellín, que

[...] conseguiu reduzir os homicídios em 80% nos últimos 20 anos, graças a combinação de infraestrutura inovadora, trabalho social e desenvolvimento institucional. Um caso ilustrativo é a nova biblioteca pública Parque España, próxima a Santo Domingo, uma comunidade tradicionalmente

violenta [...], juntamente com uma linha de *Metrocable*³⁵ situada a aproximados duzentos metros, conseguiu dignificar o lugar e ajudar a reduzir a violência nas ruas (VALLS, 2004, tradução livre).

Em Honduras, foram efetuados projetos de requalificação da infraestrutura básica e de criação de espaços públicos. O projeto *Barrio Ciudad* foi implementado pelo Fundo Hondurenho de Investimento Social, sendo financiado pelo Banco Mundial³⁶ e pelo Governo de Honduras, com participação também dos governos municipais no que refere aos subprojetos.

Esse projeto teve por objetivo a melhoria da qualidade da vida urbana em áreas pobres de Honduras e requalificou ruas e vias de acesso entre bairros, mercados, terminais de transporte, edificações municipais, pontes, dentre outros, implementando, inclusive, princípios do *Crime Prevention Through Environmental Design*, o que

[...] aumentou a conectividade e a segurança em 15 bairros em 8 municípios. Graças a essas melhoras, possibilitadas pelo projeto *Barrio Ciudad*, 85% dos residentes de uma das comunidades se sentem mais seguros em seus bairros, enquanto que 76% se sentem mais seguros dentro de suas casas (VALLS, 2004, tradução livre).

O município de Aguascalientes, no México, obteve, segundo Valls (2014, tradução livre), uma redução de 32% no número de crimes através da participação da comunidade e da construção de espaços públicos abertos.

Ressalte-se que Valls (2014), afirma que cerca de 80% dos latino-americanos residem em áreas urbanas, quantidade essa que aumentará com o passar dos anos, intensificando a segregação social e espacial e aumentando a insegurança nas cidades. Para que essa previsão não se converta em realidade, os diferentes atores sociais têm um importante trabalho para fazer: planejar e cuidar dos espaços públicos de suas cidades (VALLS, 2014, tradução livre).

A participação conjunta dos poderes públicos e privado é essencial para possibilitar e facilitar o planejamento e a implementação de espaços públicos de qualidade,

³⁵ Metrocable é um sistema de teleféricos que provê um serviço de transporte complementar, integrado ao metrô. O de Medellín foi o primeiro sistema de transporte público por teleféricos do mundo.

³⁶ Fonte: Sítio do Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/projects/P088319/barrio-ciudad-project?lang=es>>. Acesso em 28.11.2015.

capazes de fomentar a convivência social e o estabelecimento de uma coesão social, essenciais para a prevenção de delitos.

Acredito que **gerar espaço público através de políticas públicas** é importante [...] mas em todas as operações de transformação urbana do espaço público, há que se deixar que muitas das ações sejam executadas pelo setor privado, porém, impondo condições. [...] O benefício imediato pode favorecer a muitos; **o benefício mediato favorece a muitos**, incluindo os investidores, os atores económicos (BORJA, 2005, tradução livre, grifos nossos).

Resta demonstrado, portanto, que os espaços públicos detêm um importante papel na prevenção à ocorrência de condutas delituosas. É mister ressaltar, entretanto, que não deve ser tomado por única e isolada forma de se tratar da questão da redução da criminalidade, uma vez que deve ser um projeto implementado paralelamente a outros, que envolvam a participação ativa das comunidades, obtendo-se, desse modo, os mais eficientes resultados.

5. CONCLUSÃO

A prevenção à ocorrência de delitos é um problema enfrentado por todas as sociedades do globo e trabalhado por sociólogos e criminólogos que estudam a influência do meio urbano no comportamento mais ou menos desviante dos indivíduos.

Com o fito de analisar o papel dos espaços públicos urbanos na construção e no fortalecimento de vínculos sociais e na consequente redução da criminalidade, e utilizando a pesquisa bibliográfica, o presente trabalho se dividiu em três capítulos.

Primeiramente, foi conceituado o espaço urbano, diferenciando-o das áreas rurais em razão do elevado adensamento, das edificações habitacionais, industriais, dos diversos usos que se sobrepõem em uma única área. Em seguida, foram expostos alguns tipos de espaços públicos característicos de centros urbanos, identificando seus principais usos.

Uma perspectiva dos usos dos espaços públicos urbanos foi realizada, demonstrando que o contexto social, político e econômico influencia no maior ou menor estímulo ao uso dessas áreas, bem como na maior ou menor frequência de construção desses espaços, apresentando, ainda, seus diversos usos e funções.

O período da Revolução Industrial, e seguintes, revelaram-se prejudiciais no que refere à constituição e ao fortalecimento dos vínculos existentes entre os coabitantes das áreas urbanas, uma vez que o modelo econômico capitalista revela distorções financeiras e sociais que se refletem no espaço construído.

A Escola de Chicago, atenta à questão da ecologia humana, desenvolve uma postura preventiva dos delitos, apontando para o fato de que o espaço urbanizado promove o distanciamento, o anonimato e o isolamento dos indivíduos que nele residem.

O espaço construído, segregado, gera obstáculos aos relacionamentos interpessoais, e a Escola de Chicago indica que a unidade social resultante das relações entre vizinhos é capaz de promover a constituição do que se denomina “alma coletiva”, cujo papel é o de manter a organização social.

Sugerem, os estudiosos que se fundamentam nessa Escola, que a criação de espaços comunitários capazes de estimular atividades recreativas, intensificar a formação sociocultural e de requalificar espaços urbanos deteriorados, são também capazes de prevenir e reduzir a ocorrência de condutas desviantes.

As mesmas diretrizes são dadas após o estudo da Teoria da Anomia, desenvolvida por Durkheim e mais tarde retomada por Merton. A anomia, um estado de ausência de normas

capazes de atuar como princípios e valores pelos quais se orientam os indivíduos de uma sociedade, e que nela causa grande sofrimento, poderia ser evitada através do fortalecimento da coesão social.

A coesão social é, simultaneamente, causa e efeito da solidariedade social, compreendida como o sentimento de empatia, de presteza para com o outro. Na visão de Durkheim, o delito não é um fenômeno patológico, mas um fenômeno comum a todas as sociedades saudáveis e em todas as épocas da história, contudo, pode ser reduzido – nunca nulificado – através do fortalecimento da consciência coletiva.

Esse conjunto de crenças e sentimentos comuns ao homem médio de uma sociedade é construída pelo aumento da densidade dinâmica, ou seja, pela intensificação das trocas que decorrem da vida em comunidade. Assim, não basta que seja magnificada a densidade material – que corresponde ao aumento dos elementos de conexão entre os indivíduos, sejam eles vias ou meios de comunicação, pois essa não é capaz, *de per si*, de constituir ou fortalecer vínculos sociais.

Apesar de o criminoso ser considerado, pelo mencionado autor, como um agente regular da consciência coletiva, promovendo, inclusive, o preparo para uma nova ordem vindoura, ele demonstra o enfraquecimento dessa consciência comum.

Para Durkheim o *habitat* é um elemento capaz de estimular ou repelir a vida em comum, o que, por via de consequência, pode enfraquecer ou fortalecer a coesão e a consciência coletiva.

Nessa esteira, foram definidos alguns elementos capazes de transformar os espaços públicos urbanos em verdadeiros espaços de convivência, com a capacidade, portanto, de constituir e de fortalecer vínculos sociais, formadores dessa consciência coletiva e competentes para promover o equilíbrio social, afastando situações de anomia.

Grande parte desses elementos é mencionado pelo método de prevenção de delitos denominado *Crime Prevention Through Environmental Design*, CPTED, desenvolvido com o objetivo de fornecer técnicas de desenho urbano e arquitetônico capazes de evitar a prática de crimes através da utilização da vigilância natural, que transforma os espaços urbanos em áreas menos convidativas à prática de delitos.

Por fim, demonstrou-se, através de casos concretos ocorridos em cidades e países da América Latina, que a requalificação de espaços públicos urbanos é um elemento capaz de reduzir a criminalidade nas cidades, especialmente porque são programas que acompanham a promoção do exercício da cidadania, a apropriação dos espaços urbanos e o incentivo à participação ativa das comunidades junto ao Estado no papel de cuidar das pessoas.

6. REFERÊNCIAS

ABRANTES, Maria de Lurdes, et. al. **Centro comunitário**. Coleção Guiões Técnicos, n. 15. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2000. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13331/Centro_comunitario>. Acesso em 08.06.2015.

ALVES, Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vitor. **Os mercados públicos e a cidade: as transformações do Mercado Municipal de Uberlândia (MG)**. Revista on-line: Caminhos de Geografia, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16515/9219>>. Acesso em 08.06.2015.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Introdução à sociologia do direito penal**. trad. Juarez Cirino dos Santos. 6. ed. reimp., Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 2011. 728 p.

BORJA, Jordi. **Espacio público, condición de la ciudad democrática. La creación de un lugar de intercambio**. Transcrição da conferência apresentada por Jordi Borja no Foro Internacional Espacio Público y Ciudad, Bogotá, maio 2005. Disponível em: <http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_42_1.htm>. Acesso em 07.06.2015.

BURGESS, Ernest W. **Can Neighbourhood Work Have a Scientific Basis?** In: Burgess, Ernest W.; McKenzie, Roderick D.; Park, Robert E. *The City*. reimp. Estados Unidos da América: The University of Chicago Press, 1984. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=eQqqAAAAQBAJ&pg=PA145&lpg=PA145&dq=%22geographical+distances%22+%22social+distances%22+burgess&source=bl&ots=GcXo0EtiyL&sig=sD4n0jmyN48hF5KQFAhReyAKsNQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwifisnkuLbJAhVRPJAKHRhUCI4Q6AEIHDA#v=onepage&q=%22geographical%20distances%22%20%22social%20distances%22%20burgess&f=false>>. Acesso em 29.11.2015.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife/UFPE, 2000.

CARVENDER, Gray. **Encyclopedia of Criminological Theory**. Cohen, Albert K.: *Delinquent Boys*. Estados Unidos da América: SAGE Publications, Inc, 2010. Disponível em: <https://study.sagepub.com/system/files/Cohen,_Albert_K._-_Delinquent_Boys.pdf>. Acesso em 07.11.2015.

CARR, Stephen et. al. *Public space*. New York: Cambridge University Press, 1993.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. Fato e opinião. *O que é espaço público?* Revista aU, Edição 232, julho/2013. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>>. Acesso em 31.05.2015.

CRESSEY, Donald R.; LUCKENBILL, David F.; SUTHERLAND, Edwin H.. *Principles of Criminology. Eleventh Edition*. Estados Unidos da America: General Hall, 1992. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=wqRQqXKuU7sC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 31.10.2015.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2010.

DE CARVALHO, Themis Maria Pacheco. **A Ocasão Faz o Ladrão**. *Como prevenir a delinquência através do controle situacional*. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas nº 1. 2004. Disponível em: <http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigo2004/Ocasiao_ladrao.pdf>. Acesso em 24.10.2015.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. trad. Pietro Nasseti, 4. reimp., São Paulo: Martin Claret Ltda., 2011.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**. trad. Eduardo Brandão, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana**. *A escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. 2 ed. São Paulo: Programa de pós-graduação em sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013. 304 p.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**. *Lições da Escola de Chicago*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GOMES, Carlos Alberto Costa. **Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema**. Salvador: Revista de Desenvolvimento Econômico, ano VII, n. 11, jan. 2005, p. 57 a 68. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/97/101>>. Acesso em 04.06.2015.

HIRSCHI, Travis. **Causes of delinquency**. Estados Unidos da América: Transaction Publishers, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?vid=978-0-7658-0900-1&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 25.11.2015.

JACOBS, Jane. in: CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades**. *Uma antologia*. 5. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3. ed., Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia: 2004.

LE BON, Gustave. **Psychologie de foules**. 9 ed., França: Edition Félix Alcan, 1905. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/lebon2.pdf>. Acesso em 29.11.2015.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 1. ed., 2. tir., São Paulo: Martins Fontes, 1999. Original inglês.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, v. 7, n. 2, ago. 2007, p. 296-306.

Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>>. Acesso em 04.06.2015.

MERTON, Robert. K. **Social Structure and Anomie**. American Sociological Review. vol. 3., issue 5. Oct., 1938. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0003-1224%28193810%293%3A5%3C672%3ASSAA%E2.0.CO%3B2-9>>. Acesso em 24.11.2015.

MONTES, Catarina Bello. **Programas locais de prevención del delito: la experiencia de la policía comunitaria em Bogotá**. In: Revista Criminalidad. vol. 47. Tomo 1: Estadística Delincuencial y Contravencional. Colômbia: Polícia Nacional de Colombia, 2004. Disponível em: <http://www.policia.gov.co/imagenes_ponal/pagina_nueva/pdf/revista_criminalidad/RevistaCriminalidad2004.pdf>. Acesso em 28.11.2015.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. *Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. Coleção Espírito do Nosso Tempo. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1965.

PATTINI, Andréa; CÓRICA, Lorena; MASCARÓ, Lúcia. **A Iluminação Natural do Recinto Urbano**. In: *A iluminação do Espaço Urbano*. Porto Alegre: Masquatro Editora Ltda. 2013.

SASSEN, Saskia. Fato e opinião. *O que é espaço público?* Revista aU, Edição 232, julho/2013. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>>. Acesso em 31.05.2015.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SITTE, Camillo. In: CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades**. *Uma antologia*. 5. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e cidade**. *Violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

VALLS, Roberto. **Los parques em Latinoamérica aliados contra el crimen**. 2014. Disponível em: <http://www.internacional.elpais.com/internacional/2014/04/24/actualidad/1398362767_834117.html>. Acesso em 28.11.2015.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**. *Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Tradução por Renato Aguiar. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.